

Via Varejo S.A.

*Demonstrações Financeiras Individuais e
Consolidadas Referentes ao Exercício Findo
em 31 de Dezembro de 2015 e Relatório dos
Auditores Independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

1. Informações corporativas

A Via Varejo S.A., diretamente ou por meio de suas controladas ("Companhia" ou "Via Varejo") atua no segmento varejista de eletroeletrônicos, eletrodomésticos, telefonia e móveis através das bandeiras "Casas Bahia" e "Ponto Frio". Sua sede está localizada em São Caetano do Sul, estado de São Paulo - Brasil. A Companhia detém suas ações negociadas no Nível 2 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo sob os códigos "VVAR3", "VVAR4" e "VVAR11" e é controlada pela Companhia Brasileira de Distribuição ("CBD"), que por sua vez tem o Casino Guichard Perrachon ("Casino") como controladora final através de suas *holdings*.

As participações societárias da Companhia em controladas e coligadas estão resumidas na nota explicativa nº 10.

a) Reapresentação das demonstrações financeiras

i) Mudança na contabilização da venda de participação acionária na Nova Pontocom em 2013

Em 17 de outubro de 2013, a Companhia celebrou a venda de 6,20% das ações do capital social da Nova Pontocom Comercio Eletrônico S.A. ("Nova Pontocom") para sua controladora Companhia Brasileira de Distribuição ("CBD"), alterando a participação no capital social de Nova Pontocom detido na época por Via Varejo de 52,10% para 43,90%. Posteriormente, por meio de reorganização societária efetuada em 2014, a participação na coligada Nova Pontocom foi contribuída para a Cnova N.V ("Cnova") e a partir da reorganização a Companhia passou a deter participação na Cnova.

A transação foi originalmente contabilizada como a transferência do controle da Nova Pontocom pela Companhia para sua controladora CBD e foi reconhecido: (i) um ganho realizado de R\$ 71 representado pela diferença entre o preço de venda de R\$ 80 e o valor contábil da participação transferida, e (ii) um ganho na remensuração da parcela mantida na Nova Pontocom a valor justo na ordem de R\$543 (R\$358 líquido de imposto de renda e contribuição social). A Companhia contabilizou o ganho de R\$ 543 considerando que o CPC 36(R3) determina que se a controladora perde controle da controlada mantendo uma participação na mesma, a participação remanescente deve ser remensurada ao valor justo.

O ganho de remensuração resultou num aumento no valor contábil do investimento na Nova Pontocom de R\$ 543 e o efeito no resultado de 2013 de R\$ 358, líquido de imposto de renda e contribuição social de R\$185, destinado no fechamento do exercício de 2013 para constituição de Reserva de Orçamento de Capital. O aumento no valor contábil do investimento foi atribuído em parte ao valor da carteira de clientes da Nova Pontocom (R\$ 31) e a amortização deste valor vinha sendo reconhecida no resultado como parte do resultado de equivalência patrimonial na investida, e o valor remanescente foi reconhecido como uma mais valia de investimento (R\$ 512) e não foi objeto de amortização ou de reconhecimento de perda por *impairment*.

Por determinação da CVM através do Ofício CVM/SEP/GEA-5/18 de 17 de fevereiro de 2016 ("Ofício CVM") estamos reapresentando estas demonstrações financeiras para adotar o entendimento da CVM que não houve transferência de controle na medida em que a CBD já detinha o controle indireto da Nova Pontocom, através do controle da Companhia. Portanto, não deveria ter sido reconhecido o ganho de remensuração no valor de R\$ 543.

Estas demonstrações financeiras estão sendo ajustadas para eliminar o aumento no valor contábil do investimento de R\$ 543, líquido da amortização acumulada do valor atribuído a carteira de clientes de R\$5 até 31 de dezembro de 2015, e o correspondente efeito de imposto diferido assim como para reverter a Reserva de Orçamento de Capital constituída em 2013. Adicionalmente estão sendo ajustadas para reconhecer o ganho realizado de R\$ 71 como uma transação de capital e não no resultado considerando que não houve transferência de controles nos termos do Ofício da CVM.

ii) Ajustes nas demonstrações financeiras da coligada Cnova

Conforme divulgado ao mercado pela coligada Cnova, em 18 de dezembro de 2015, foi instaurada uma investigação conduzida por escritórios de advocacia sobre as práticas de empregados na gestão dos estoques, mantidos nas centrais de distribuição da Cnova Comércio Eletrônico S.A. ("Cnova Brasil"), subsidiária de Cnova.

Durante o curso dos trabalhos outros temas relacionados a discrepâncias contábeis nas rubricas de "fornecedores" e "outras contas a receber" foram analisados e divulgados ao mercado em 12 de janeiro de 2016 pela Cnova no valor total de R\$177, com efeito de R\$39 no investimento sobre esta coligada mantido pela Companhia. Na preparação e divulgação original dessas demonstrações financeiras, publicada em 23 de fevereiro de 2016, a Companhia considerou todas as informações disponíveis naquela data.

Subsequentemente, o escopo da investigação foi expandido para incluir uma avaliação de novos fatos identificados sobre as discrepâncias relacionadas ao contas a pagar, contas a receber/produtos em trânsito

com transportadoras, manipulação de provisões de fretes e outras despesas e capitalização indevida de despesas com o desenvolvimento de *software*.

O efeito total dos ajustes apurados na Cnova foi de R\$557, compreendendo os ajustes decorrentes do processo de investigação instaurado em 18 de dezembro de 2015, os efeitos por mudança de prática contábil e a reavaliação da recuperabilidade dos ativos de tributos diferidos na Cnova, Cnova Brasil e Cdiscount. Estes valores são capturados por efeito de equivalência patrimonial na Companhia, sendo que nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e divulgadas em 23 de fevereiro de 2016, parte desses efeitos já tinham sido registrados.

A tabela abaixo reconcilia os valores finais apurados, os efeitos de equivalência patrimonial adicionais que foram registrados nestas demonstrações financeiras reapresentadas:

	Apuração Final
Ajustes decorrentes da investigação	357
Mudança de prática contábil	18
Reavaliação de imposto de renda diferido Cnova Brasil	84
Reavaliação de imposto de renda diferido Cnova e Cdiscount	98
Total dos efeitos na Cnova	557
Efeito de equivalência patrimonial na Companhia (i)	114
Efeito de equivalência patrimonial já registrado em 2015	
Ajustes efetuados e divulgados em 31/12/15 (ii)	(39)
Outros ajustes efetuados (iii)	(7)
Mudança de prática contábil (iv)	(4)
Provisão de imposto de renda diferido (v)	(5)
Efeito adicional reapresentado	59

- (i) Considerando a participação da Companhia na coligada em cada exercício. Há um efeito adicional de R\$12 no patrimônio líquido da Companhia, sendo R\$10 na linha de reserva de lucros e R\$2 na linha de ajustes acumulados de conversão.
- (ii) Ajustes identificados pelo time de investigação e registrados nas demonstrações financeiras originalmente publicadas em 23 de fevereiro de 2016, divulgados na nota explicativa nº 1.e.
- (iii) Ajustes já identificados e realizados em 31 de dezembro de 2015 no curso normal das operações, fora do processo de investigação e já incluídos no cálculo de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras originalmente apresentadas.
- (iv) Mudança de prática contábil na apropriação de custos de armazenagem nos estoques, já registrada nas demonstrações financeiras originalmente apresentadas de 31 de dezembro de 2015 da Cnova Brasil e capturada no efeito de equivalência patrimonial da Companhia.
- (v) Em 31 de dezembro de 2015 a Cnova Brasil já havia realizado baixa parcial do imposto de renda diferido, com base nos fatos e circunstâncias disponíveis à época, cujo efeito já havia sido capturado no cálculo de equivalência patrimonial pela Companhia nas demonstrações financeiras originalmente apresentadas.

iii) Efeitos da reapresentação das demonstrações financeiras

Os efeitos foram ajustados em cada rubrica das demonstrações financeiras impactadas conforme sumarizado a seguir:

Ajustes – Aumento / (Redução) na rubrica	Controladora e Consolidado		
	31.12.2015	31.12.2014	01.01.2014
Balanco patrimonial			
Tributos diferidos	183	185	185
Investimentos	(380)	(607)	(567)
Total dos ativos não circulantes	(197)	(422)	(382)
Total dos ativos	(197)	(422)	(382)
Dividendos a pagar	3	-	-
Total dos passivos circulantes	3	-	-
Provisão para perda de investimentos	225	-	25
Total dos passivos não circulantes	225	-	25
Reserva de capital	129	129	76
Reserva de lucros (*)	(552)	(551)	(484)
Ajuste acumulado de conversão	(2)	-	-
Total do patrimônio líquido	(425)	(422)	(408)
Total dos passivos e patrimônio líquido	(197)	(422)	(382)

(*) Nas demonstrações financeiras originalmente emitidas o lucro líquido de cada exercício foi destinado conforme proposta do Conselho de Administração resultando em saldo zero da rubrica de lucros acumulados. Os ajustes aqui apresentados serão objeto de nova proposta da administração para a distribuição dos resultados.

Ajustes – Aumento / (Redução) no resultado e resultado abrangente	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Demonstração de resultados e do resultado abrangente				
Resultado de equivalência patrimonial	13	(67)	13	(67)
Impostos sobre a renda (Diferido)	(2)	-	(2)	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	11	(67)	11	(67)
Resultado abrangente do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	11	(67)	11	(67)
Lucro (prejuízo) do exercício por ação (Reais por ação)				
Básico				
Ordinárias	0,00611	(0,05187)		
Preferenciais	0,00611	(0,05187)		
Diluído				
Ordinárias	0,00869	(0,05093)		
Preferenciais	0,00867	(0,05273)		

Ajustes – Aumento / (Redução) na demonstração de valor adicionado	Controladora e Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014
Demonstração do valor adicionado		
Resultado de equivalência patrimonial	13	(67)
Valor adicionado recebido em transferência	13	(67)
Valor adicionado total a distribuir	13	(67)
Distribuição do valor adicionado		
Impostos, taxas e contribuições - Federais	2	-
Remuneração de capitais próprios		
Dividendos	3	-
Lucros retidos	8	(67)
Valor adicionado total distribuído	13	(67)

A reapresentação não impactou o total de fluxos de caixa gerado nas atividades operacionais, aplicado nas atividades de investimento e aplicado nas atividades de financiamento em cada um dos exercícios reapresentados.

Como resultado dos impactos da reapresentação, a Diretoria propôs ao Conselho de Administração a

deliberação de dividendos adicionais para o exercício de 2015. Vide Nota 19 (f).

b) Termo de compromisso de desempenho

A Companhia, seus acionistas CBD e Casa Bahia Comercial Ltda. ("CB"), e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") celebraram em 17 de abril de 2013 o Termo de Compromisso de Desempenho ("TCD"), para aprovação da associação dos negócios Ponto Frio e Casas Bahia celebrada em 2010. Como principal objetivo deste TCD, a Companhia e seus acionistas tinham como obrigação alienar 74 lojas, localizadas em 54 municípios distribuídos em seis estados e no Distrito Federal.

Dos 74 pontos comerciais, 32 não foram alienados. Desta forma, em cumprimento ao TCD, essas lojas tiveram suas atividades encerradas entre maio e junho de 2014, com pagamento de multa de R\$12, registrado em 2014. Conforme autorização do CADE, após 6 meses fechadas, 16 lojas foram reabertas em novembro de 2014.

Com relação aos 42 pontos comerciais restantes, todos foram alienados entre outubro de 2013 e janeiro 2014, mediante vendas diretas para outras empresas e leilões abertos. Tais alienações foram devidamente aprovadas pelo CADE. Em 2015, dessas 42 lojas, 19 vendas não foram concluídas por impedimentos nas negociações entre locadores e compradores, gerando para a Companhia o pagamento de multa ao CADE de R\$7 e uma provisão para baixa de imobilizado de R\$7. Das 19 lojas, 4 já foram fechadas e 15 serão fechadas nos próximos meses.

A Companhia concluiu a venda e transferência de 15 lojas, gerando um ganho de R\$8, reconhecido no resultado deste exercício.

A transferência das 8 lojas finais ainda está em processo de negociação. Este processo tem sido acompanhado pelo CADE, que tem fiscalizado o cumprimento das obrigações assumidas no TCD, estando a Companhia sujeita a apresentar dados e informações que a referida autarquia julgar necessárias.

c) Alienação de controlada - Casa Bahia Contact Center Ltda ("CBCC")

Em 30 de dezembro de 2014, a Companhia alienou, para terceiros, o controle de CBCC, atualmente denominada "Atento 1 Ltda.". A consideração recebida foi de R\$20. Informações adicionais na nota explicativa nº 10 (c).

d) Aquisição de investimentos - Marneylectro

Em 22 de dezembro de 2014, a Companhia adquiriu participação de 2,22% do capital total e votante de Marneylectro sediada em Luxemburgo. A Marneylectro tem como única atividade manter investimento indireto de 49,96% em Cnova. Tendo em vista a relevância de Cnova para Marneylectro e para a Companhia, a participação que a Via Varejo detém em Marneylectro será nomeada como Cnova nestas demonstrações financeiras, salvo quando indicado o contrário. Informações adicionais na nota explicativa nº 10 (a.ii).

e) Cisão de subsidiária e incorporação de parcela cindida - Nova Pontocom

A Nova Pontocom, subsidiária da Companhia e sociedade anônima de capital fechado, era uma holding que tinha como objeto social deter controle das operações de comércio eletrônico da CBD no Brasil e no exterior. No dia 22 de dezembro de 2015, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a incorporação da parcela cindida de Nova Pontocom por seus acionistas, sendo CBD e Via Varejo, com 53,2% e 43,9% de participação, respectivamente. Isso faz parte de uma estratégia organizacional para otimização da estrutura societária de CBD e absorção dos benefícios econômicos e fiscais de Nova Pontocom. O detalhamento do acervo líquido incorporado e maiores informações estão descritas na nota explicativa nº 10 (a.iv).

f) Ofício CVM

Em 18 de fevereiro de 2016, a Companhia recebeu da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") o Ofício nº 18/2016-CVM/SEP/GEA-5 contendo o entendimento da Superintendência de Relações com Empresas (SEP) da CVM quanto a certas transações e registros contábeis relacionados a operações societárias realizadas pela Companhia no exercício social de 2013.

A área técnica da CVM manifestou entendimento diverso daquele adotado pela Companhia nas demonstrações financeiras daquele exercício no que se refere ao (i) ganho da remensuração do investimento detido em Nova Pontocom Comércio Eletrônico S.A., decorrente da alienação parcial de participação societária para a Companhia Brasileira de Distribuição; e (ii) tratamento contábil aplicado na aquisição adicional de 75% do capital social da Indústria de Móveis Bartira.

A Companhia apresentou recurso de tal decisão ao Colegiado da CVM com pedido de efeito suspensivo nos termos da Deliberação CVM 463, porém definiu reapresentar o item (i) do Ofício CVM, conforme informado na nota 1(a) acima. A Companhia aguarda a manifestação do colegiado sobre os argumentos apresentados para o item (ii), relacionado aos efeitos da aquisição da Indústria de Móveis Bartira. Até esse momento, nenhum efeito foi registrado nas demonstrações financeiras reapresentadas da Companhia por conta dos questionamentos manifestados pela CVM no referido Ofício em relação à aquisição da Indústria de Móveis Bartira.

2. Práticas contábeis significativas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standard Board* ("IASB") e, também, pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas reapresentadas adotam o Real (R\$) como moeda funcional e de apresentação, sendo demonstradas em milhões de R\$, e foram preparadas baseadas no custo histórico de cada transação, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 como originalmente emitidas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 23 de fevereiro de 2016. Estas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 reapresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 26 de julho de 2016 e refletem o efeito de ajustes nas demonstrações financeiras descritos na Nota 1.

Revisões e novas interpretações dos pronunciamentos contábeis

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações às IFRS e aos pronunciamentos técnicos, emitidos pelo IASB e pelo CPC, respectivamente, que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis findos em ou após 31 de dezembro de 2015. Estas novas revisões e interpretações às IFRS não trouxeram impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

Em 2015, a Companhia aplicou as melhorias anuais às IFRSs referentes aos Ciclos 2010-2012 e 2011-2013, emitidas pelo IASB, que entraram em vigor para períodos contábeis iniciados em ou após 1º de julho de 2014. A aplicação dessas melhorias não resultou em impactos relevantes nas divulgações ou nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

O IASB publicou alterações na IAS 27 - *Consolidated and Separate Financial Statements* para incluir o método de equivalência patrimonial como uma opção contábil para reconhecer os investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas nas demonstrações financeiras individuais. Para as IFRS, esta alteração é válida para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016. Em dezembro de 2014, o CPC alterou e a CVM aprovou, os pronunciamentos técnicos CPC 18 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, CPC 35 - Demonstrações Separadas e CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, incorporando estas alterações nas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Como o método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais já era adotado no Brasil, essa alteração não produziu efeito nas demonstrações financeiras, eliminando a diferença entre os pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC e as IFRS para a preparação das demonstrações financeiras individuais.

Pronunciamentos e interpretações revisados emitidos e ainda não adotados

A Companhia não adotou antecipadamente as IFRS novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não vigentes:

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após	Pronunciamento e impactos
01/01/2016	Alterações à IAS 1 - Iniciativa de Divulgações Melhorias no que tange a aplicação do conceito de materialidade na prática. Melhorias anuais às IFRS: Ciclo 2012-2014 Mudanças à IFRS 5 - Situações de mantido para venda ou distribuição; IFRS 7 - Clarificação se um contrato de serviço representa envolvimento contínuo em um ativo transferido.
01/01/2018	IFRS 9 - Instrumentos Financeiros Diversas mudanças na classificação e mensuração, principalmente na mensuração de perda de valor recuperável e contabilização de hedge. IFRS 15 - Receita de Contrato com Clientes Implementa um modelo com base em princípios; um guia definido é dado em relação a quando a receita deve ser reconhecida. Introduce, também, novas divulgações.
01/01/2019	IFRS 16 – Arrendamento mercantil Requer o reconhecimento dos arrendamentos mercantis operacionais nos mesmos formatos dos arrendamentos mercantis financeiros. No dia 13 de janeiro de 2016, o IASB emitiu a IFRS 16 – Arrendamento Mercantil, com principal objetivo de redefinir o reconhecimento dos arrendamentos mercantis operacionais. As operações da Companhia consistem substancialmente na utilização de imóveis arrendados de terceiros como suas unidades de negócios. Dessa forma, a Companhia estima que a adoção desta norma trará impactos relevantes para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e está avaliando estes impactos.

Controladas e base de consolidação

Controladas são todas as entidades que a Via Varejo detém, direta ou indiretamente, controle sobre suas operações. Controle é definido: (i) pelo poder decisório que a Companhia detém sobre as atividades operacionais e financeiras significativas em suas investidas; (ii) por sua habilidade de utilizar esse poder; e (iii) pela sua exposição aos retornos dessas entidades. As demonstrações financeiras das controladas estão incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas desde a data que o controle foi adquirido. No momento em que ocorre a perda de controle de alguma controlada, a consolidação do investimento é descontinuada. Ganhos ou perdas resultantes, inclusive qualquer montante recebido pela alienação de investimento, são reconhecidos no resultado do exercício no momento da desconsolidação. A parcela do investimento é remensurada a valor justo caso seja retida após a perda de controle, com ganhos ou perdas reconhecidos no resultado do exercício. As controladas estão descritas na nota explicativa nº 10.

Coligadas e investimentos apresentados nas demonstrações financeiras individuais

Coligadas são todas as entidades que a Companhia detém, direta ou indiretamente, influência significativa sobre as atividades operacionais e financeiras relevantes, porém não detém controle. Os investimentos em coligadas são ajustados pelo método de equivalência patrimonial. Os investimentos em coligadas são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são, subsequentemente, ajustados pelo percentual de participação da Companhia nos resultados e mutações do patrimônio líquido da coligada. O investimento inclui o ágio apurado na aquisição de controlada.

Conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, e atualmente permitido pelas IFRS, os investimentos apresentados nas demonstrações financeiras individuais são ajustados pelo método de equivalência patrimonial. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia detém investimentos nas coligadas descritas na nota explicativa nº 10.

Combinação de negócios

Na data de aquisição, o custo da aquisição é considerado pelo preço de compra, que inclui o valor justo de ativos e passivos assumidos ou incorridos, e incluindo qualquer custo relacionado a pagamento adicional contingente ou diferido. Custos relativos à transação são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O custo de aquisição é alocado aos ativos adquiridos, passivos e passivos contingentes assumidos baseados em seus respectivos valores justos, incluindo ativos e passivos que não estavam anteriormente reconhecidos no balanço patrimonial da entidade adquirida, como, por exemplo, ativos intangíveis como marca e contratos vantajosos.

O ágio é gerado quando o custo da aquisição é superior ao valor dos ativos líquidos identificáveis mensurados ao valor justo. Por outro lado, a mais-valia é a diferença positiva entre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis e seu respectivo valor contábil. Os montantes finais da combinação de negócios são mensurados em até um ano da data da aquisição.

Ajuste a valor presente ("AVP") para os recebíveis de cartão de crédito

Até 2014, a Companhia registrava o AVP sobre os recebíveis de cartão de crédito parcelado, mesmo considerando que os recebíveis não eram de longo prazo e os efeitos não relevantes de curto prazo. A reversão do ajuste constituído ocorria na receita líquida de vendas e serviços, uma vez que o financiamento a clientes faz parte de suas atividades operacionais. Em 2015, a prática de AVP dos recebíveis de cartão de crédito foi descontinuada, devido sua baixa significância sobre as demonstrações financeiras e irrelevância das informações para compreensão das operações da Companhia. Estes saldos, em 31 de dezembro de 2014, eram de R\$6.

Reconhecimento de receita

A Companhia comercializa produtos eletroeletrônicos, eletrodomésticos, móveis, telefonia e outros itens domésticos. Adicionalmente, também oferece serviços, tais como intermediação na venda de garantias estendidas, serviços de instalação de equipamentos e financeira operacional como crediário e cartões de crédito *co-branded*. As receitas obtidas na manufatura de móveis através da controlada Bartira e nos serviços de transportes através da VVLog são substancialmente destinadas às operações de Via Varejo e, conseqüentemente, eliminadas no processo de consolidação das demonstrações financeiras.

As receitas resultantes da venda de produtos são reconhecidas pelo seu valor justo quando os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. A Companhia também deve deixar de ter o controle ou a responsabilidade pelas mercadorias vendidas, bem como os benefícios econômicos gerados para a Companhia através da venda de produtos. As receitas não são reconhecidas se sua realização for incerta.

As devoluções e cancelamentos de venda de mercadorias são reconhecidos quando da sua efetiva ocorrência. As receitas derivadas da operação da Companhia são apresentadas líquidas de devoluções e cancelamentos. É prática da Companhia não aceitar devoluções imotivadas, exceto aquelas previstas no Código Comercial. As devoluções geralmente não representam perdas relevantes para a Companhia, pois são reembolsadas pelas garantias dos fabricantes.

Para as operações de intermediação na venda de seguros ou garantia estendida, a Companhia não retém os riscos atrelados nos sinistros ocorridos e não é a responsável primária no atendimento às obrigações das apólices vendidas. As receitas de comissão resultantes da remuneração da Companhia pela intermediação na venda de apólices de seguros ou garantia estendida são reconhecidas no resultado quando os serviços de intermediação são prestados.

Como a atividade de financiamento ao consumidor é fundamental para a condução dos negócios da Companhia, a receita financeira dessa operação é contabilizada como receita operacional ao longo do prazo determinado para cada transação realizada, utilizando-se a taxa efetiva de juros.

Tributação

Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes ativos ou passivos são mensurados pelo valor estimado a ser compensado ou pago às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias adotadas para o cálculo do imposto são aquelas em vigor nas datas dos balanços.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são gerados e reconhecidos por diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis e sobre prejuízos fiscais. Os valores são reconhecidos no resultado do exercício, a não ser que estejam relacionados a itens do resultado abrangente, nesses casos, os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos no próprio patrimônio líquido. Créditos e prejuízos fiscais não utilizados são reconhecidos à medida que há uma estimativa razoável de lucros tributáveis futuros suficientes para permitir a sua realização. O imposto de renda e a contribuição social diferidos não são reconhecidos para ativos e passivos cuja realização futura não seja provável.

O valor contábil do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos é revisado na data de cada balanço e reduzido, quando aplicável, na medida em que deixe de ser provável que haverá lucros tributáveis futuros suficientes para permitir a sua realização.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são mensurados de acordo com as alíquotas vigentes e aplicadas no período em que o ativo é realizado ou o passivo é liquidado. Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a alíquota em vigor é de 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são compensados se houver um direito legal ou contratual para compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais, bem como se referirem à mesma entidade contribuinte e à mesma autoridade tributária.

Tributos indiretos

As receitas de vendas estão sujeitas ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS") e as receitas de serviços ao Imposto Sobre Serviços ("ISS"), tributos estes calculados com base nas alíquotas vigentes em cada estado e município, respectivamente. Ambas as receitas e, adicionalmente, as receitas auferidas por meio de operações financeiras, estão sujeitas à contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS") e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS").

Instrumentos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Companhia assume direitos contratuais de receber caixa ou outros ativos financeiros de contratos a qual é parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber caixa atrelados ao ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente os riscos e benefícios para terceiros. Ativos e passivos são reconhecidos quando direitos e/ou obrigações são retidos na transferência pela Companhia.

Passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia assume obrigações contratuais para liquidação em caixa ou na assunção de obrigações de terceiros através de um contrato a qual é parte. Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo e são desreconhecidos quando são quitados, extintos ou expirados.

Os instrumentos financeiros que posteriormente ao reconhecimento inicial venham a ser mensurados pelo custo amortizado são mensurados através da taxa efetiva de juros. As receitas e despesas de juros, a variação monetária e a variação cambial, deduzidas das estimativas de perda por não recebimento de ativos financeiros, são reconhecidas quando incorridas na demonstração de resultado do exercício como "Resultado financeiro".

Ativos e passivos financeiros somente são apresentados pelos seus valores líquidos se a Companhia detiver o direito incondicional de compensar tais valores ou liquidá-los simultaneamente, bem como ter a intenção de fazê-lo.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia mantinha os seguintes itens nas classificações de instrumentos financeiros:

- Empréstimos e recebíveis: Contas a receber, Partes relacionadas e Empréstimos e financiamentos.
- Instrumento financeiro mensurado a valor justo por meio do resultado: Empréstimos em moeda estrangeira e derivativo.

A Companhia avalia mensalmente as estimativas por perda pela não realização de ativos financeiros. Uma estimativa por perda é reconhecida quando há evidências objetivas que a Companhia não conseguirá receber todos os montantes a vencer ou vencidos. Para estimar a eventual perda, a Companhia considera o histórico de perdas, as informações estatísticas históricas, o *aging* dos valores a receber e a avaliação da probabilidade de deterioração adicional dos valores a receber, levando em consideração fatores macroeconômicos e de mercado.

Quando o recebimento de um ativo financeiro é improvável, o seu valor contábil e a respectiva estimativa de perda são reconhecidos no resultado do exercício. Recuperações subsequentes são reconhecidas, quando incorridas, na rubrica "Despesas com vendas" na demonstração de resultado do exercício.

A Companhia possui um convênio junto a instituições financeiras com a finalidade de possibilitar aos seus fornecedores a utilização de linhas de crédito da Companhia para antecipação de recebíveis decorrentes da venda de mercadorias e serviços, o que possibilita aos fornecedores antecipar recebíveis no curso normal das compras efetuadas. Estas transações foram avaliadas pela Administração e concluídas que possuem características comerciais, uma vez que não há alterações no preço e/ou prazo previamente estabelecidos comercialmente e está única e exclusivamente na discricão do fornecedor em realizar a antecipação de seus recebíveis contra a Companhia.

Os acordos com fornecedores, que incluem aumento do prazo em relação à transação original e os custos financeiros relativos a este aumento de prazo, foram objeto de ajuste do custo do produto adquirido. Estes montantes foram registrados na rubrica "Fornecedores convênio" e estão descritas na nota explicativa nº 4 (i).

Transações em moeda estrangeira

Transações em moedas estrangeiras são inicialmente reconhecidas pelo valor de mercado das moedas correspondentes na data que a transação se qualifica para reconhecimento. Ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são traduzidos para o Real de acordo com a cotação do mercado nas datas dos balanços. Diferenças oriundas no pagamento, na tradução de itens monetários são reconhecidas no resultado financeiro.

Contabilização de *hedge*

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos classificados como *swaps* para proteção de contratos em moeda estrangeira. Tais instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que o contrato derivativo é celebrado e, posteriormente, remensurados pelo valor justo na data de cada balanço. Estes contratos devem possuir os mesmos prazos, datas para pagamento de juros e principal e serem contratados com a mesma contraparte do objeto de *hedge*.

Estes instrumentos são classificados como *hedges* de valor justo, e registrados como *hedge accounting*, quando protegem de forma eficaz as variações do ativo ou passivo objeto de *hedge*.

O objeto de *hedge* e o instrumento financeiro derivativo são registrados adotando os seguintes procedimentos:

- O item designado como objeto de *hedge* é classificado como "mensurado ao valor justo", e suas variações são reconhecidas no resultado financeiro;
- As alterações do valor justo de um instrumento financeiro derivativo classificado como *hedge* de valor justo são reconhecidas como resultado financeiro a cada data de balanço.

Valor justo de empréstimos e instrumento financeiro derivativo

O valor justo do objeto de *hedge* e do *swap* é mensurado através de taxas divulgadas no mercado financeiro e projetadas até a data do seu vencimento, a taxa de desconto utilizada para o cálculo é desenvolvida através das curvas DI, Cupom limpo e DI, índices divulgados pela BM&FBovespa. Para os empréstimos em moeda nacional, é utilizada a curva DI, índice divulgado pela CETIP e calculado pelo método da interpolação exponencial.

Estoques

Os estoques estão mensurados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o seu valor de realização, computados pelo custo ponderado médio. O valor líquido de realização é calculado pelo preço médio de venda, deduzido de: (i) tributos incidentes sobre a venda; (ii) despesas de pessoal atreladas diretamente a venda; (iii) custo da mercadoria; e (iv) demais custos necessários para trazer a mercadoria em condição de venda. Os estoques são reduzidos ao seu valor recuperável através de estimativas de perda por roubo, furto, sucateamento, giro lento de mercadorias e estimativa de perda para mercadorias que serão vendidas com margem bruta negativa, incluindo produtos de mostruário.

As bonificações recebidas de fornecedores compreendem acordos por volume de compras, prestação de serviços de logística e negociações pontuais para recomposição de margem ou acordos de *marketing*, entre outros. As bonificações são registradas ao resultado à medida que os correspondentes estoques são vendidos. Quando aplicável, o valor das bonificações a receber é registrado como redutor do saldo de fornecedores, desde que os acordos com os fornecedores permitam a liquidação do saldo ao fornecedor pelo montante líquido.

Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Os ativos devem ser reconhecidos pelo menor valor entre o custo histórico de aquisição e o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor em uso do ativo ou o seu valor justo menos o custo de venda. Na mensuração do valor em uso, os fluxos de caixa estimados são descontados para o seu valor presente utilizando uma taxa de desconto, que reflete o custo de capital da Companhia, adicionada a riscos específicos dos ativos sendo testados, se aplicável. Caso o valor contábil do ativo exceda o valor recuperável, o valor excedente é reconhecido no resultado do exercício.

Para os ativos de vida útil indefinida, o teste de *impairment* é realizado anualmente. Para os ativos de vida útil definida, a Companhia anualmente avalia a existência de evidências internas ou externas de que os ativos estejam reconhecidos por valores maiores que seu valor recuperável. Essas evidências são substancialmente definidas por perda recorrente de rentabilidade nas unidades geradoras de caixa e condições macroeconômicas razoavelmente diferentes da última avaliação de recuperação realizada, entre outras.

As perdas por não recuperação, quando houver, são reconhecidas no resultado do exercício em categorias de despesas consistentes com a função do respectivo ativo não recuperável. A perda por não recuperação reconhecida anteriormente somente é revertida se houver alteração das premissas avaliadas anualmente adotadas para definir o valor recuperável do ativo no seu reconhecimento inicial ou mais recente, exceto no caso do ágio que não pode ser revertido em períodos futuros.

Ativos circulantes mantidos para venda

Ativos são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que a Companhia irá aliená-los dentro de um ano da data de sua classificação e desde que estejam em condições de venda. Os ativos mantidos para venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo deduzido das despesas de venda. Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a Companhia apresenta como ativos disponíveis para venda os ativos não financeiros relacionados ao cumprimento do TCD estabelecido com o CADE, conforme descrito na nota explicativa nº 1 (b).

Imobilizado

O ativo imobilizado da Companhia é reconhecido e mensurado pelo seu custo histórico, que contempla tanto os custos de aquisição como os custos de construção. No caso dos ativos imobilizados em andamento, todos os custos diretamente relacionados à construção desses ativos são reconhecidos no imobilizado, bem como os juros incorridos no financiamento desses ativos, se atendidos os critérios de reconhecimento. A depreciação é calculada utilizando o método linear com base na vida útil econômica das respectivas classes de ativos. Quando está diretamente relacionada à logística e distribuição, as despesas com depreciação são alocadas na rubrica “Custo das mercadorias vendidas”. Os itens de ativo imobilizado são reconhecidos pelos seus componentes significativos e tratados como ativos individuais, com vidas úteis e depreciação específica. Da mesma forma, quando realizada uma reposição significativa, seu custo é reconhecido no valor contábil do equipamento como reposição, desde que satisfeitos os seus critérios de reconhecimento. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

Itens do ativo imobilizado e seus componentes são baixados na sua alienação, ou quando não há expectativa que benefícios econômicos futuros sejam gerados pelo seu uso ou venda. Os eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa dos ativos são incluídos no resultado do exercício na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais”. O valor residual e a vida útil dos ativos são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando aplicável. Em 31 de dezembro de 2015, não houve alterações nos valores residuais e na vida útil das classes de ativo imobilizado. As vidas úteis médias ponderadas para cada classe de ativo imobilizado são relacionadas a seguir:

Categoria de ativos	Vida útil média ponderada estimada em anos
Edifícios	40
Benfeitorias em imóveis de terceiros	19
Móveis e utensílios	14
Equipamentos de informática	5
Instalações	13
Veículos	4
Máquinas e equipamentos	11

Intangível

Compreendem basicamente os ativos intangíveis da Companhia, o ágio gerado na aquisição de controladas, marcas e contratos vantajosos adquiridos por combinação de negócios, fundos de comércio, *softwares* em desenvolvimento ou já desenvolvidos internamente, *softwares* adquiridos de terceiros e direitos readquiridos para exploração de venda de garantia estendida. No reconhecimento inicial de intangíveis adquiridos de terceiros, o valor reconhecido é o custo. No entanto, numa combinação de negócios, todos os intangíveis confiavelmente identificáveis da investida são mensurados a valor justo. O ágio gerado pela aquisição de controladas e as marcas não são amortizados, em virtude da perpetuidade e/ou fluxo positivo de recursos que a controlada adquirida gerará para os negócios. Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados pelo método linear. As respectivas vidas úteis são revistas anualmente e ajustadas prospectivamente, quando aplicável.

Os intangíveis gerados internamente são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos, a menos que os gastos com desenvolvimento atendam aos critérios mínimos de reconhecimento, como por exemplo, os gastos

que a Companhia tem com desenvolvimento de *software*. Nesse caso, atendido aos critérios mínimos, o reconhecimento é feito no grupo de intangíveis no balanço patrimonial.

Anualmente, ou sempre que novas circunstâncias trouxerem dúvidas sobre a sua recuperação, os ativos intangíveis com vida útil indefinida são submetidos a testes de recuperação.

Em 31 de dezembro de 2015, não houve alterações nos valores residuais e na vida útil estimada das classes de ativo intangível. As vidas úteis médias ponderadas para cada classe de ativo intangível são relacionadas a seguir:

Intangível	Vida útil média ponderada estimada em anos
Fundo de comércio	5
<i>Software</i> e licenças (i)	9
Contrato vantajoso	7

- (i) A vida útil média ponderada dos itens componentes desta rubrica é composta, essencialmente, por contratos de arrendamento de *software* para servidores, com vida útil entre 7,5 e 9,5 anos, e por *softwares* customizados para uso exclusivo da Companhia em suas operações, com vida útil de 10 anos.

Arrendamento mercantil

A Companhia arrenda equipamentos e espaços, incluindo lojas e centros de distribuição, em contratos canceláveis e não canceláveis de arrendamento mercantil. Os prazos dos contratos variam entre 3 e 20 anos.

Os contratos de espaços podem ser renovados e possuem cláusulas de reajuste periódico do valor do aluguel, conforme índices de inflação negociados entre as partes.

Arrendamentos mercantis são reconhecidos como financeiros quando os riscos e benefícios do ativo arrendado são substancialmente transferidos para a Companhia, caso contrário são classificados como operacionais.

Arrendamentos mercantis financeiros são capitalizados pelo seu valor justo na data de aquisição, ou se menor, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento, ambos calculados na data de assinatura do contrato. Os arrendamentos mercantis financeiros são depreciados pela sua vida útil econômica ou pelo prazo do contrato, dos dois o menor. A correspondente obrigação assumida pela Companhia referente ao bem arrendado é incluída no balanço patrimonial como um passivo, na rubrica "Empréstimos e Financiamentos". Pagamentos realizados são divididos entre pagamentos do principal da dívida de arrendamento mercantil financeiro reconhecida no passivo, e despesas financeiras reconhecidas na demonstração de resultado do exercício. Despesas financeiras são reconhecidas na demonstração de resultado do exercício pelo período remanescente do contrato, com base no valor em aberto do passivo de arrendamento mercantil financeiro, utilizando-se o método de reconhecimento de juros pela fluência do prazo.

Pagamentos de arrendamentos mercantis operacionais e benefícios recebidos ou a receber como incentivo para a contratação do arrendamento mercantil operacional são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício linearmente conforme o seu prazo contratual.

Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. Nas hipóteses em que a Companhia tem a expectativa de reembolso da totalidade ou de parte da provisão, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas somente quando é praticamente certo. Para os casos de honorários sobre êxito, a Companhia tem como prática o provisionamento no momento em que os honorários são incorridos, ou seja, quando do julgamento em definitivo das causas.

Receitas diferidas

As receitas diferidas decorrentes da antecipação de valores recebidos de parceiros comerciais pela exclusividade na prestação de determinados serviços são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício à medida que as *performances* contidas nos respectivos contratos são cumpridas.

Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo no encerramento do exercício com base nos dividendos mínimos obrigatórios definidos no Estatuto Social. Os eventuais valores que excederem o valor mínimo são registrados somente na data em que tais dividendos adicionais são deliberados e aprovados pelos administradores ou pelos acionistas da Companhia.

Pagamento baseado em ações

Em troca de serviços prestados por um determinado período de tempo, os diretores e diretores executivos da Companhia podem receber remuneração que são parcialmente pagas em ações (“operações liquidadas com ações”).

O custo das operações liquidadas com ações é reconhecido como despesa do exercício ao longo do período no qual as condições de *performance* e/ou prestação de serviços são satisfeitas (“condições para o exercício”), com um correspondente aumento no patrimônio líquido da Companhia. Em cada data-base, a Companhia reavalia a quantidade de instrumentos patrimoniais que serão entregues, excluindo quaisquer instrumentos que tenham sido expirados e não exercidos. A despesa referente a cada exercício representa a movimentação das despesas acumuladas reconhecidas no início e no fim do exercício.

Quando uma operação liquidada com ações é modificada, a despesa adicionada é reconhecida pelo período remanescente em que as condições para o exercício são atendidas. No caso do cancelamento de uma operação liquidada com ações, este é classificado como se fosse integralmente adquirido pelo beneficiário, sendo as despesas remanescentes não reconhecidas referentes à operação liquidada com ações registradas integralmente na demonstração de resultado do exercício.

Lucro por ação

A Companhia apresenta dois métodos de cálculo do lucro por ação: (i) lucro básico; e (ii) lucro diluído. O lucro básico por ação é calculado com base no número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício, exceto as ações emitidas para pagamento de dividendos e ações em tesouraria. O lucro diluído leva em consideração, o número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício e os instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia que possivelmente podem diluir a participação de seus acionistas em exercícios futuros, tais como as opções de ações.

Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

Tal demonstração foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras, registros complementares, e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA). Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custos das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incidentes sobre o valor da aquisição, dos efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3. Principais julgamentos, estimativas e premissas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetem os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos, inclusive na evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto a essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos ou exercícios futuros. Os principais julgamentos, estimativas e premissas utilizados para a elaboração dessa demonstração financeira estão listados abaixo:

Estimativa de perda nos saldos de ágio por aquisição de investimentos em controladas

Conforme prática contábil descrita na nota explicativa nº 2, a Companhia testa anualmente se o valor contábil do ágio por aquisição de investimentos em controladas deve ser ajustado para trazê-lo ao seu valor recuperável.

A Companhia utiliza premissas baseadas em seu planejamento estratégico e nos indicadores de mercado para avaliação da recuperabilidade deste ágio. Estas premissas estão descritas na nota explicativa nº 12 (f). Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 não foi identificada a necessidade de constituição de perda por desvalorização.

Valor justo dos derivativos e outros instrumentos financeiros

Quando não é possível obtê-los em mercados ativos, o valor justo dos ativos e passivos financeiros registrados nas demonstrações financeiras é apurado conforme a hierarquia estabelecida pelo pronunciamento técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo (IFRS 13), que determina certas técnicas de avaliação. As informações para esses modelos são obtidas, sempre que possível, de mercados observáveis ou informações, de operações e transações comparáveis no mercado. Os julgamentos incluem um exame das informações, tais como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Eventuais alterações das premissas referentes a esses fatores podem afetar o valor justo demonstrado dos instrumentos financeiros.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados ativamente em mercados organizados é apurado com base em cotações de mercado e nas datas dos balanços. No caso de instrumentos financeiros não negociados ativamente, o valor justo baseia-se em técnicas de avaliação definidas pela Companhia e compatíveis com as práticas usuais do mercado. Essas técnicas incluem a utilização de operações de mercado recentes entre partes independentes, o *benchmarking* do valor justo de instrumentos financeiros similares, a análise do fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Expectativa de realização do ICMS a recuperar

A expectativa de realização do ICMS a recuperar é baseada na projeção de operações e crescimento, gestão operacional, legislação do ICMS de cada estado e geração de débitos para consumo desses créditos por estado. No exercício de 2015, a Companhia reavaliou as expectativas de realização tendo como base as alterações de seus planos orçamentários, bem como as alterações do Regime Especial do estado de São Paulo e do estado do Paraná.

Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa (“PECLD”)

Quando há evidências objetivas de que a Companhia pode não receber os valores reconhecidos em seu “Contas a receber”, a Companhia reconhece PECLD. A métrica que a Companhia julga suficiente para as perdas estimadas de seu principal recebível, as vendas a prazo em carnês, consiste em uma análise histórica dos últimos 24 meses, comparando a carteira de clientes, o faturamento líquido e as inadimplências ocorridas.

Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado (*impairment*)

Anualmente, a Companhia efetua o teste de recuperação de seus ativos ou grupo de ativos ou Unidade Geradora de Caixa (“UGC”), ou ainda sempre que houver qualquer evidência interna ou externa que o ativo possa apresentar perda do valor recuperável. O valor recuperável das UGCs foi determinado por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa para os próximos cinco anos e as premissas utilizadas pela Companhia estão descritas na nota explicativa nº 11 (b).

Perda estimada com os estoques

A Companhia reconhece seus estoques pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor recuperável líquido. O valor recuperável líquido representa o preço estimado de venda menos os custos estimados e diretamente atribuíveis para trazer a mercadoria em condições de venda, incluindo os ajustes para giro lento de mercadorias, margem negativa e quebras de estoque por roubo, furto e sucateamento, obtidos por meio de análise da perda histórica.

Provisão para demandas judiciais

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos tributários, trabalhistas e cíveis, sendo as provisões para demandas judiciais constituídas para todos os processos cuja probabilidade de perda seja provável. Essa análise de probabilidade é realizada pela Companhia com auxílio dos assessores legais externos e devidamente corroborada pelo Departamento Jurídico. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância jurídica, o histórico de ocorrência e os valores envolvidos.

Expectativa de realização de Imposto de renda diferido

São reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos referentes a todos os prejuízos fiscais não utilizados e diferenças temporárias, na medida em que seja provável que haverá um lucro tributável contra o qual os créditos tributários possam ser compensados. A definição do valor do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos que podem ser reconhecidos exige um grau significativo de julgamento por parte da Administração, com base nas estimativas de lucro e no nível de lucro real tributável futuro, de acordo com o planejamento estratégico aprovado pelo Conselho de Administração.

4. Gerenciamento de riscos financeiros

Os principais instrumentos financeiros e seus valores registrados nas demonstrações financeiras, por categoria, são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Ativos financeiros:				
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e equivalentes de caixa	5.546	4.417	5.580	4.448
Contas a receber	2.013	2.443	2.013	2.443
Partes relacionadas	637	730	587	721
Passivos financeiros:				
Custo amortizado				
Partes relacionadas	(160)	(141)	(95)	(70)
Fornecedores	(3.673)	(4.048)	(3.783)	(4.132)
Fornecedores convênio	(1.055)	-	(1.055)	-
Debêntures	-	(620)	-	(620)
Empréstimos e financiamentos	(2.675)	(3.079)	(2.675)	(3.086)
Valor justo por meio do resultado				
Empréstimos e financiamentos	(584)	-	(584)	-
Exposição líquida	49	(298)	(12)	(296)

As operações de tesouraria da Companhia são regularmente reportadas para o Comitê Financeiro do Conselho de Administração e, se necessário, diretamente para o Conselho de Administração, o qual aprova as políticas que devem ser seguidas pela tesouraria da Companhia. O risco mais significativo a que a Companhia está exposta está relacionado aos riscos de mercado, decorrente dos movimentos de taxas básicas de juros, variação cambial, riscos de liquidez e de crédito. A Companhia monitora tais riscos e os respectivos impactos nas projeções financeiras.

Risco de mercado - taxa básica de juros

A Companhia obtém empréstimos e financiamentos em moeda nacional com as principais instituições financeiras para fazer frente à necessidade de caixa para investimento e financiamento de clientes. Os empréstimos e financiamentos são captados com taxas pré e pós-fixadas. Dessa forma, a Companhia está exposta ao risco de flutuação relevante na taxa de juros pelas dívidas pós-fixadas contraídas referenciadas ao Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"). As aplicações financeiras, também referenciadas pelo CDI, neutralizam parcialmente esse risco.

Para mensurar esse impacto, foi elaborada uma análise de sensibilidade para a exposição da Companhia ao risco de redução da taxa de juros, considerando três cenários. Para o cenário I, a curva futura de taxa anual de juros se mantém fixa com o CDI praticado em 31 de dezembro de 2015 de 14,14%. Para os cenários II e III, projetou-se a taxa de juros com variação de 25% e 50%, respectivamente.

Operações	Risco	Saldo em 31.12.2015	Análise de sensibilidade		
			Cenário I	Cenário II	Cenário III
Empréstimos bancários (*)	Redução do CDI	(94)	(107)	(103)	(100)
Aplicações financeiras	Redução do CDI	5.490	6.269	6.074	5.880
Exposição líquida total		5.396	6.162	5.971	5.780
Impacto líquido comparado com o saldo contábil			766	575	384

(*) Não inclui os contratos de CDCI por possuírem taxas de juros pré-fixadas e não sujeitos a risco de variação.

Risco de taxa de câmbio e juros dos empréstimos em moeda estrangeira

A Companhia obtém empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira (dólares norte-americanos) para fazer frente à necessidade de caixa para investimento. Os empréstimos e financiamentos são captados com taxas pré e pós-fixadas. Dessa forma, a Companhia está exposta ao risco de variação cambial e juros pelas dívidas contraídas referenciadas à taxa USD Libor 3M. A Companhia faz uso de operações de *swap* de 100% das captações em dólares norte-americanos e taxas de juros fixas, trocando estas obrigações pelo Real atrelado às taxas de juros pré-fixadas acrescidas de variação do CDI. Esses contratos têm o prazo total da dívida e protegem os juros e o principal.

Em 2015 a Companhia captou novos empréstimos em moeda estrangeira, integralmente protegidos por contratos de *swap*, conforme descrição abaixo:

	Contraparte	Na data da contratação		Data de contratação	Data de vencimento	31.12.2015
		Valor referência USD milhões	Valor referência R\$			Valor justo R\$
<u>Empréstimo em moeda estrangeira (objeto de hedge)</u>	Citibank	(50)	(154)	10/04/2015	10/04/2017	(195)
	Citibank	(30)	(92)	14/04/2015	17/04/2017	(117)
	Bradesco	(100)	(303)	27/04/2015	27/04/2016	(407)
		<u>(180)</u>	<u>(549)</u>			<u>(719)</u>
<u>Contratos de swap</u>						
Posição Ativa		180	549			720
Posição Passiva		<u>(180)</u>	<u>(549)</u>			<u>(585)</u>
Posição swap líquida		<u>-</u>	<u>-</u>			<u>135</u>

Os instrumentos financeiros derivativos e os instrumentos financeiros designados como objeto de *hedge* são contabilizados a valor justo. Os valores referência acima indicam o valor a custo amortizado destes instrumentos.

A Companhia calcula a efetividade das operações de *hedge* quando da sua contratação em bases contínuas. As operações de *hedges* contratadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 apresentam efetividade em relação às dívidas objeto dessa cobertura.

Ganhos e perdas realizados e não realizados sobre contratos de *swap* são registrados no “Resultado financeiro líquido” e o saldo a pagar ou a receber pelo valor justo é registrado na rubrica “Empréstimos e financiamentos”, em conjunto ao saldo a pagar do respectivo instrumento protegido. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o ganho reconhecido é de R\$121 e o saldo a receber pelo valor justo dos contratos de *swap* é de R\$135.

Para mensurar o impacto dos riscos de flutuação de moeda e taxas de juros, foi elaborada uma análise de sensibilidade para a exposição da Companhia ao risco da taxa de câmbio e taxa USD Libor 3M dos empréstimos em moeda estrangeira e do CDI do contrato de *swap* considerando três cenários. Para o cenário I, a curva futura de taxa anual de juros se mantém fixa em 14,14% de CDI e 0,61% de USD Libor 3M praticadas em 31 de dezembro de 2015. A taxa de câmbio foi definida em R\$4,15 para o empréstimo vencível em 2016 e R\$4,60 para os empréstimos vencíveis em 2017 com base na cotação do dólar futuro negociado na BM&FBovespa. Para os cenários II e III, projetou-se a taxa de juros e dólar com variação de 25% e 50%, respectivamente.

Operação	Risco	Saldo em 31.12.2015	Análise de sensibilidade		
			Cenário I	Cenário II	Cenário III
Dívida em USD	Valorização do dólar (USD)	(719)	(814)	(1.018)	(1.222)
Swap (ponta ativa em USD)	Valorização do dólar (USD)	720	815	1.019	1.224
Exposição líquida		<u>1</u>	<u>1</u>	<u>1</u>	<u>2</u>
Swap (posição passiva em CDI)	Aumento do CDI	(585)	(669)	(691)	(712)
Impacto líquido comparado com o saldo contábil			<u>(84)</u>	<u>(106)</u>	<u>(126)</u>

Riscos de liquidez

É política da Companhia manter aplicações financeiras, empréstimos e linhas de crédito suficientes para atender às necessidades de caixa no curto e longo prazos. A Companhia regularmente monitora as previsões de caixa que incluem, nos respectivos vencimentos, as liquidações de ativos e passivos financeiros contratados. É prática do Departamento de Tesouraria da Companhia manter níveis de linhas de crédito suficientes para atender às necessidades previstas de capital de giro. Regularmente são realizadas análises de sensibilidade para avaliar o impacto na posição de liquidez da Companhia, caso as linhas de crédito atualmente existentes não sejam renovadas.

A tabela a seguir demonstra os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros mantidos pela Companhia. A tabela inclui principal e juros calculados até o vencimento dos passivos financeiros. Dessa forma, os saldos nela apresentados não conferem com os saldos apresentados nos balanços patrimoniais.

31.12.2015								
	Controladora				Consolidado			
	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Fornecedores	3.673	-	-	3.673	3.783	-	-	3.783
Fornecedores convênio	1.055	-	-	1.055	1.055	-	-	1.055
Empréstimos e financiamentos	2.885	573	-	3.458	2.885	573	-	3.458
Instrumentos derivativos	(16)	(46)	-	(62)	(16)	(46)	-	(62)
Arrendamento mercantil financeiro	23	90	36	149	23	90	36	149
	7.620	617	36	8.273	7.730	617	36	8.383

31.12.2014								
	Controladora				Consolidado			
	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Fornecedores	4.048	-	-	4.048	4.132	-	-	4.132
Empréstimos e financiamentos	2.899	248	-	3.147	2.906	248	-	3.154
Debêntures	652	-	-	652	652	-	-	652
Arrendamento mercantil financeiro	17	70	54	141	17	70	54	141
	7.616	318	54	7.988	7.707	318	54	8.079

Riscos de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito para caixa e equivalentes de caixa mantidos com instituições financeiras e na posição das contas a receber geradas nas transações comerciais, bem como em transações não recorrentes, tais como venda de ativo não financeiro.

Para os saldos de caixa e equivalentes de caixa, a fim de minimizar o risco de crédito, a Companhia adota políticas que restringem o relacionamento bancário em instituições financeiras aprovadas pelo Comitê Financeiro do Conselho de Administração. Essa política também estabelece limites monetários e concentração de riscos, que são regularmente atualizados.

Para os saldos das contas a receber, o risco de crédito é mitigado pelo fato que grande parte das vendas da Companhia é realizada utilizando como meio de pagamento o cartão de crédito, que são substancialmente securitizadas com as administradoras de cartões de crédito. As vendas financiadas pelo Crédito Direto ao Consumidor com Intervenção ("CDCI") são vendas realizadas através de acordos operacionais com os bancos Bradesco, Safra e Banco do Brasil para a concessão de financiamentos CDCI aos nossos clientes, por meio de intervenção com as respectivas instituições financeiras. Para essa operação, a Companhia detém o risco de crédito e adota procedimentos criteriosos na concessão de crédito. O saldo a receber de clientes é pulverizado, não havendo valores individuais representativos.

As estimativas de perda por não recuperação de ativos financeiros são avaliadas conforme as estimativas e premissas contábeis descritas na nota explicativa nº 3, e os saldos dessa estimativa apresentados em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 são considerados pela Administração suficientes para cobrir as perdas estimadas da carteira de valores a receber.

Gerenciamento de capital

O objetivo da Administração da Companhia é assegurar manutenção adequada de classificação de crédito elevada e uma proporção de capital de terceiros bem estabelecida, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor detido pelo acionista. A Companhia administra a estrutura de capital e monitora a posição financeira, considerando as mudanças nas condições econômicas. A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

	Consolidado			
	31.12.2015		31.12.2014	
	Com CDCI	Sem CDCI	Com CDCI	Sem CDCI
Caixa e equivalentes de caixa	5.580	5.580	4.448	4.448
Empréstimos e financiamentos	(3.259)	(785)	(3.706)	(830)
Fornecedores convênio (i)	(1.055)	(1.055)	-	-

- (i) Fornecedores convênio trata-se de passivos financeiros junto a fornecedores cujos vencimentos foram postergados durante o exercício de 2015. Devido as características de negociação comercial de prazos entre fornecedores e a Companhia, estes passivos financeiros foram incluídos em programas de antecipação de recursos utilizando linhas de crédito da Companhia junto a instituições financeiras com o custo financeiro implícito de 108,4% do CDI. A Companhia entende que esta transação tem natureza específica e classifica separadamente da rubrica "Fornecedor".

Mensurações do valor justo

Os instrumentos financeiros da Companhia não são negociados em mercados organizados e serão mantidos até o seu vencimento. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 seus fluxos de caixa descontados a valor presente não diferem relevantemente do seu respectivo valor contábil.

	Controladora e Consolidado		Mensuração do valor justo na data do balanço utilizando outras premissas significativas observáveis
	31.12.2015	31.12.2014	
Instrumento financeiro a valor justo por meio de resultado			
Empréstimos em moeda estrangeira	(719)	-	Nível 2
Contratos de swap	135	-	Nível 2

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Taxa média ponderada	Controladora		Consolidado	
		31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Caixa e contas bancárias		89	187	90	188
Aplicações financeiras compromissadas	100,51% do CDI a.a.	5.450	4.221	5.483	4.251
Aplicações financeiras automáticas (i)	10,69% do CDI a.a.	7	9	7	9
		5.546	4.417	5.580	4.448

- (i) Referem-se a recursos disponíveis em conta corrente, nos quais há uma rentabilidade diária atrelada à taxa CDI, sendo seu resgate no primeiro dia útil seguinte ao da aplicação (D+1).

6. Contas a receber

	Controladora e Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014
Administradoras de cartões de crédito	46	29
Financiamento ao consumidor – CDCI (i)	1.987	2.381
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(253)	(235)
Outras contas a receber de clientes	233	268
	2.013	2.443
Circulante	1.915	2.338
Não circulante	98	105

- (i) Corresponde aos financiamentos por CDCI que podem ser parcelados em até 24 meses; entretanto, o prazo mais utilizado é inferior a 12 meses. A Companhia mantém contratos com instituições financeiras nos quais é designada como interveniente dessas operações (conforme nota explicativa nº 13).

Movimentação da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa

	Controladora e Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014
Saldo no início do exercício	(235)	(215)
Perda estimada registrada no exercício	(552)	(466)
Baixas de contas a receber	534	446
Saldo no fim do exercício	(253)	(235)
Circulante	(240)	(225)
Não circulante	(13)	(10)

Composição por período de vencimento das contas a receber, bruta de perda estimada com créditos de liquidação duvidosa

	Total	Aging das contas a receber – Controladora e Consolidado				
		A vencer	≤ 30 dias	31-60 dias	61-90 dias	>91 dias
31 de dezembro de 2015	2.266	2.040	102	45	32	47
31 de dezembro de 2014	2.678	2.446	115	45	31	41

7. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Lojas	1.400	1.419	1.400	1.419
Centrais de distribuição	1.152	1.540	1.191	1.583
Almoxarifado	18	14	19	14
Estimativa de perda ao valor realizável líquido	(30)	(32)	(32)	(32)
	2.540	2.941	2.578	2.984

Movimentação das estimativas de perda para redução do custo ao valor realizável líquido

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Saldo no início do exercício	(32)	(16)	(32)	(16)
Adições	(60)	(68)	(62)	(68)
Perdas realizadas	62	52	62	52
Saldo no fim do exercício	(30)	(32)	(32)	(32)

8. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
ICMS a recuperar (i)	1.944	1.567	1.944	1.567
INSS a recuperar	64	57	64	56
ICMS a recuperar sobre ativo imobilizado (i)	7	19	9	22
Outros	46	26	61	34
	2.061	1.669	2.078	1.679
Circulante	280	477	296	486
Não circulante	1.781	1.192	1.782	1.193

(i) A expectativa de realização total de ICMS a recuperar é indicada a seguir:

Em 31 de dezembro de 2015	Controladora	Consolidado
2016	228	230
2017	367	367
2018	389	389
2019	404	404
2020	394	394
2021 em diante	169	169
	1.951	1.953

Desde o ano 2008, os Estados têm modificado substancialmente suas legislações internas com vistas à implantação e ampliação da sistemática da substituição tributária do ICMS. Referida sistemática implica a antecipação do recolhimento do ICMS devido em toda a cadeia comercial, no momento da saída da mercadoria do estabelecimento industrial ou importador, ou na sua entrada no Estado. A instituição dessa sistemática para uma gama cada vez maior de produtos comercializados no varejo baseia-se na premissa de que o ciclo de comercialização desses produtos será finalizado dentro do próprio Estado, de modo que o ICMS é integralmente a ele devido.

Ocorre que, para abastecimento de suas lojas, a Companhia mantém centros de distribuição localizados estrategicamente em determinados Estados e no Distrito Federal, os quais recebem mercadorias com o ICMS de toda a cadeia comercial já antecipado (por força da substituição tributária) pelos fornecedores ou pela própria Companhia e, então, as mercadorias são enviadas para estabelecimentos localizados em outros Estados. Essa remessa interestadual faz surgir para a Companhia o direito ao ressarcimento do ICMS anteriormente antecipado, ou seja, o ICMS da cadeia comercial pago na aquisição se transforma em crédito de imposto a ser ressarcido, nos termos da legislação interna de cada Unidade da Federação.

O processo de ressarcimento requer a comprovação, através de documentos fiscais e arquivos digitais, referentes às operações realizadas que geraram para Companhia o direito ao ressarcimento. Apenas após sua homologação prévia pelo Fisco Estadual e/ou o cumprimento de obrigações acessórias específicas que visam tal comprovação é que os créditos podem ser utilizados pela Companhia, o que ocorre em períodos subsequentes ao da sua geração.

Tendo em vista que o número de itens comercializados no varejo, sujeitos à substituição tributária, tem sido constantemente ampliado, também tem aumentado o crédito de imposto a ser ressarcido pela Companhia.

A Companhia vem realizando tais créditos com a autorização para compensação imediata com aqueles devidos em virtude de sua operação, pela obtenção de Regime Especial e também pela obediência de outros procedimentos contidos em normativos estaduais.

Com relação aos créditos que ainda não podem ser compensados de forma imediata, a Administração da Companhia, com base em estudo técnico de viabilidade, baseado na expectativa futura de crescimento e de consequente compensação com débitos oriundos das suas operações, entende ser viável sua compensação futura. Os estudos mencionados foram preparados com base em informações extraídas do relatório de planejamento estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

Em 2014, a Companhia reconheceu créditos extemporâneos de ICMS não utilizados por empresas associadas no montante de R\$302, cujos elementos que sustentam o registro e sua utilização foram obtidos durante o quarto trimestre de 2014, reconhecido como redutor de "Custo de mercadoria e serviços vendidos" no resultado do exercício.

A partir de agosto de 2015, após o deferimento de Regime Especial no Estado de São Paulo, a Companhia passou a atuar como substituto tributário. Com este regime a Companhia deixa de acumular créditos de ressarcimento e passa a consumi-los com os débitos da apuração.

9. Partes relacionadas

	Ativo (Passivo)				Receita (Despesa)			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Controlador:								
Companhia Brasileira de Distribuição (b), (c), (d), (f)	149	304	152	305	35	44	35	41
Controladas:								
Indústria de Móveis Bartira Ltda. (b), (d)	9	(14)	-	-	(626)	(663)	-	-
Globex Administração e Serviços Ltda. (b), (d)	-	(50)	-	-	(5)	(8)	-	-
VVLog Logística Ltda. (antiga Pontocred Neg. de Varejo Ltda.) (b)	18	10	-	-	(7)	1	-	-
Ponto Frio Adm. e Importação de Bens Ltda.	-	-	-	-	-	(2)	-	-
Coligadas:								
Financeira Itaú CBD S.A. (a)	10	8	10	8	(32)	(24)	(32)	(24)
Nova Pontocom Comércio Eletrônico S.A. (b)	-	73	-	75	10	-	10	12
Cnova Comércio Eletrônico S.A. (d)	35	13	38	13	73	31	77	32
Outras:								
Casa Bahia Comercial Ltda. (f)	256	232	292	237	(284)	(259)	(289)	(264)
Viaw Consultoria Ltda. (g)	-	-	-	-	-	(3)	-	(3)
Novasoc Comercial Ltda. (b)	-	13	-	13	1	3	1	3
Atento Brasil 1 (antiga Casa Bahia Contact Center Ltda.) (e)	-	-	-	-	-	(49)	-	-
	477	589	492	651	(835)	(929)	(198)	(203)
Ativo - partes relacionadas:								
Circulante	261	340	179	330				
Não circulante	376	390	408	391				
Passivo - partes relacionadas:								
Circulante	(160)	(91)	(95)	(70)				
Não circulante	-	(50)	-	-				

Em 31 de dezembro de 2015, não houve a necessidade de constituição de perda estimada com créditos de liquidação duvidosa envolvendo operações com partes relacionadas, exceto pelo saldo descrito no item (f) abaixo.

As operações com partes relacionadas apresentadas nos quadros anteriores são resultado, principalmente, de transações que a Companhia, seus principais acionistas e suas controladas mantêm entre si e com outras entidades relacionadas, e foram contabilizadas substancialmente segundo os preços, os termos e as condições acordadas entre as partes, sendo as principais:

a) Operações com a FIC de crédito, financiamento e investimento

A Companhia atua como correspondente bancário para serviços operados pela FIC. Esta operação gera valores a repassar, indicados como contas a pagar com partes relacionadas, e valores a receber pelos serviços prestados, indicados como contas a receber com partes relacionadas. O resultado destas operações está representado na coluna de "Receita (Despesa)" no quadro anteriormente apresentado, e classificado na linha de receita de serviços nas demonstrações de resultado da Companhia.

Adicionalmente, a FIC atua como uma operadora de cartão de crédito, emitindo cartões e financiando compras de nossos clientes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o saldo de cartões de crédito a receber da FIC era de R\$4 (R\$7 em 31 de dezembro de 2014). Esses saldos estão registrados na rubrica "Contas a receber" demonstrada na nota explicativa nº 6, em "Administradoras de cartões de crédito".

A FIC realiza, também, operações de compra de recebíveis de cartão de crédito. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia reconheceu R\$32 (R\$32 em 31 de dezembro de 2014) de despesas financeiras provenientes da venda de recebíveis de cartão de crédito.

b) Contratos de mútuos com a controladora, controladas e coligadas

Os contratos de mútuos são atualizados monetariamente pelas taxas médias a seguir:

	Percentual do CDI	
	31.12.2015	31.12.2014
Companhia Brasileira de Distribuição	109,3%	109,3%
Novasoc Comercial Ltda.	109,3%	109,3%
Globex Administração e Serviços Ltda.	103,7%	103,7%
VVLog Logística Ltda.	105,0%	105,0%
Indústria de Móveis Bartira Ltda.	105,0%	105,0%
Nova Pontocom	105,0%	105,0%

Em 2015, os mútuos ativos foram integralmente liquidados por Novasoc Comercial Ltda. e pela controladora CBD nos montantes de R\$15 e R\$68, respectivamente. Os mútuos ativos da Nova Pontocom, no montante de R\$78, foram liquidados concomitante à incorporação, conforme nota explicativa nº 10 (a.iv). A Companhia liquidou mútuos passivos com a controlada GAS no montante de R\$53.

c) Operações com a controladora CBD

A controladora CBD é fiadora da Companhia em determinados contratos de financiamento e aluguel e avalista em um contrato de prestação de serviço, além do reembolso de despesas com pessoal, operação de mútuo e aluguel.

d) Operações de aluguéis, prestação de serviço, compras e vendas de mercadorias

A Companhia realizou operações de aluguel e prestação de serviços com CBD, GAS e Cnova, em condições acordadas entre as partes. A Companhia também efetuou operações de compras e vendas de mercadorias com a Bartira, realiza a intermediação da negociação de compra de mercadorias para CBD e Cnova e compartilha suas Centrais de Distribuição com CBD e Cnova.

e) Operações de prestação de serviço com Atento 1 Ltda.

A Atento 1 Ltda. (anteriormente Casa Bahia Contact Center Ltda. – CBCC) presta serviços de teleatendimento para a Via Varejo e Cnova, sendo a despesa de Via Varejo eliminada na apresentação da informação contábil consolidada até a data da transferência do controle em 30 de dezembro de 2014.

f) Primeiro aditivo ao acordo de associação Via Varejo, CBD e CB

A Companhia possui valores a receber referente ao “Primeiro Aditivo ao Acordo de Associação” entre Via Varejo, CBD e CB, que garante à Via Varejo o direito de indenização por CBD e CB, de certas demandas judiciais e reembolso de despesas reconhecidos a partir de 30 de junho de 2010, que eram de responsabilidade dos antigos controladores das operações adquiridas.

O saldo da rubrica "Contas a receber" é liquidado pelas partes periodicamente e o saldo em aberto refere-se substancialmente a reembolso de despesas e contingências. A Companhia, em conjunto com CB, revisou determinados itens e concluiu que não havia elementos suficientes para requerer indenização por CB, portanto reverteu R\$32 do contas a receber para o resultado do exercício. A Companhia avalia ainda outros documentos, e devido à incerteza na possibilidade de requerer indenização, constituiu uma provisão para perdas no montante de R\$5.

Adicionalmente, a Companhia e sua controlada Bartira têm contratos de aluguéis de 315 imóveis entre centros de distribuição, prédios comerciais e administrativos estabelecidos em condições específicas com os administradores da CB.

g) Serviços de consultoria

A Companhia contratou a Viaw Consultoria Ltda. para prestação de serviços de consultoria empresarial e na área de tecnologia. O sócio da empresa contratada é membro do Conselho de Administração da Companhia.

h) Remuneração da Administração e Conselho Fiscal

As despesas relativas à remuneração total do pessoal da alta administração (Diretores indicados conforme o Estatuto Social e o Conselho de Administração) e do Conselho Fiscal, registradas na demonstração do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, foram as seguintes:

31.12.2015			
	Benefícios de curto prazo	Remuneração baseada em ações	Total
Diretoria	23	4	27
Conselho de Administração	1	-	1
Conselho Fiscal	1	-	1
	25	4	29
31.12.2014			
	Benefícios de curto prazo	Remuneração baseada em ações	Total
Diretoria	39	4	43
Conselho de Administração	2	-	2
Conselho Fiscal	1	-	1
	42	4	46

10. Investimentos

Participações societárias

A Companhia mantém investimentos diretos e indiretos em empresas controladas e coligadas. As participações societárias da Companhia nestas empresas são listadas na tabela a seguir:

Investimentos	Participação nos investimentos			
	31.12.2015		31.12.2014	
	Via Varejo	Participação indireta	Via Varejo	Participação indireta
Controladas:				
Indústria de Móveis Bartira Ltda. ("Bartira")	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Globex Administração e Serviços Ltda. ("GAS")	100,00%	-	99,99%	0,01%
Lake Niassa Empreendimentos e Participações Ltda. ("LAKE")	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
VVLog Logística Ltda. ("VVLog") (antiga Pontocred Negócios de Varejo Ltda.)	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Globex Administração de Consórcio Ltda. ("GAC")	99,99%	0,01%	99,95%	0,05%
Coligadas:				
Nova Pontocom Comércio Eletrônico S.A. ("Nova Pontocom")	-	-	43,90% (*)	-
Cnova N.V. ("Cnova")	-	21,93%	-	21,97%
Marneylectro S.A.R.L. ("Marneylectro")	43,90%	-	2,22%	41,76%
Marneylectro B.V.	-	43,90%	-	43,98%
Financeira Itaú CBD S.A. ("FIC")	-	14,24%	-	14,24%
Banco Investcred Unibanco S.A. ("BINV")	-	50,00%	-	50,00%
FIC Promotora de Vendas Ltda.	-	14,24%	-	14,24%
E-Hub Consultoria, Participações e Comércio S.A.	-	21,93%	-	21,97%
Nova Experiência Pontocom S.A.	-	21,93%	-	21,97%
Cnova Comércio Eletrônico S.A.	-	21,93%	-	21,97%
Cnova Finança B.V.	-	21,93%	-	21,97%
Cdiscount Group S.A.S	-	21,93%	-	21,97%

(*) Valor calculado considerando ações em tesouraria. Desconsiderando-as, a participação seria de 43,95%.

Movimentação dos investimentos

	Controladora									
	GAC	GAS	Nova Pontocom-reapresentado	Lake	Bartira	Cnova - reapresentado	CBCC	VVLog	Outras	Total – reapresentado (*)
Saldo em 1 de janeiro de 2014	11	61	567	107	700	-	9	(5)	35	1.485
Ajuste de reapresentação	-	-	(593)	-	-	-	-	-	-	(593)
Saldo reapresentado em 1 de janeiro de 2014	11	61	(25)	107	700	-	9	(5)	35	892
Equivalência patrimonial	1	6	(96)	32	(10)	-	(5)	(1)	1	(72)
Ajuste de conversão	-	-	4	-	-	-	-	-	(1)	3
Distribuição de dividendos	-	-	-	(5)	-	-	-	-	-	(5)
Reorganização societária (a.i)	-	-	184	-	-	-	-	-	-	184
Adição (a.ii)	-	-	-	-	-	5	-	-	-	5
Alienação de investimento (c)	-	-	-	-	-	-	(4)	-	-	(4)
Incorporação de controladas (d)	-	-	-	-	-	-	-	-	(35)	(35)
Outros	-	-	4	-	-	-	-	-	-	4
Saldo em 31 de dezembro de 2014	12	67	70	134	690	5	-	(6)	-	972
Equivalência patrimonial	6	4	(103)	31	39	(113)	-	(4)	-	(140)
Ajuste de conversão	-	-	(52)	-	-	(2)	-	-	-	(54)
Distribuição de dividendos	-	(33)	-	(44)	-	-	-	-	-	(77)
Reorganização societária (a.iv)	-	-	95	-	-	(115)	-	-	-	(20)
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	47	-	47
Redução de capital	-	(17)	-	-	-	-	-	-	-	(17)
Oferta de ações Cnova (a.v)	-	-	(10)	-	-	-	-	-	-	(10)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	18	21	-	121	729	(225)	-	37	-	701

(*) A controladora e consolidado Via Varejo mantém um saldo em passivo a descoberto de R\$225 em 31 de dezembro de 2015 para investida Cnova (R\$0 em 31 de dezembro de 2014 e R\$25 em 1 de janeiro de 2014). A controladora Via Varejo também mantém passivo a descoberto de R\$6 em 31 de dezembro de 2014 em outras investidas (R\$5 em 1 de janeiro de 2014).

	Consolidado				Total –
	BINV (b)	FIC (b)	Nova Pontocom – reapresentado	Cnova - reapresentado	reapresentado (*)
Saldo em 1 de janeiro de 2014	19	83	567	-	669
Ajuste de reapresentação	-	-	(593)	-	(593)
Saldo reapresentado em 1 de janeiro de 2014	19	83	(25)	-	77
Equivalência patrimonial	1	31	(96)	-	(64)
Ajuste de conversão	-	-	4	-	4
Distribuição de dividendos	-	(7)	-	-	(7)
Reorganização societária (a.i)	-	-	184	-	184
Adição (a.ii)	-	-	-	5	5
Outros	-	-	4	-	4
Saldo em 31 de dezembro de 2014	20	107	70	5	202
Equivalência patrimonial	(1)	32	(103)	(113)	(185)
Ajuste de conversão	-	-	(52)	(2)	(54)
Distribuição de dividendos	-	(36)	-	-	(36)
Reorganização societária (a.iv)	-	-	95	(115)	(20)
Oferta de ações Cnova (a.v)	-	-	(10)	-	(10)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	19	103	-	(225)	(103)

a) Cnova

(i) Reorganização societária 2014

Em 4 de junho de 2014, os Conselhos de Administração da Companhia e da CBD aprovaram o projeto de associação dos negócios de comércio eletrônico desenvolvido pela Nova Pontocom, com os negócios de comércio eletrônico do controlador Casino, por meio da Cdiscount S.A. e de suas afiliadas (“Cdiscount”). Em 24 de julho de 2014, a reorganização societária foi concluída e a Companhia passou a deter naquele momento, participação indireta de 23,50% do capital social de Cnova.

Em 20 de novembro de 2014, a Cnova concluiu sua oferta pública de ações na NASDAQ e os recursos obtidos, líquidos dos custos de emissão de ações, foram de R\$411. A Companhia reconheceu, na proporção de sua participação, o aumento de capital refletindo a diluição de participação líquida dos custos de emissão de ações no montante de R\$70.

Com a conclusão do procedimento de investigação sobre a Cnova ocorrido em 2016, tornou-se necessário reavaliar o valor contábil utilizado na reorganização societária. Esta reavaliação apontou a necessidade de reconhecer ao patrimônio líquido da Companhia um valor adicional de R\$53.

(ii) Marneylectro

Também como parte da reorganização, em 22 de dezembro de 2014, a Companhia recebeu como liquidação parcial dos seus saldos de mútuo com a Nova Pontocom, 2,22% de participação do capital total e votante da Marneylectro. Marneylectro é sediada em Luxemburgo e tem como atividade manter investimento indireto no capital de Cnova. A contraprestação devida pela participação adquirida foi de R\$96, recebendo investimento a valor contábil de R\$5. Como Marneylectro era controlada de Nova Pontocom e que, por sua vez, era controlada por CBD, as trocas de participações societárias permaneceram registradas com base no custo histórico do investimento em Marneylectro. A Administração entende que essa transação não está no escopo do CPC 15/IFRS 3 (R) - Combinação de Negócios, por envolver entidades sob controle comum. Portanto, o excedente do valor pago em relação ao valor contábil, no valor de R\$91, foi registrado diretamente ao patrimônio líquido da Companhia.

(iii) Todos os valores envolvidos na reorganização societária (ii), somados aos recursos obtidos pela abertura de capital de Cnova. (i), estão detalhados a seguir:

	31.12.2014 reapresentado
Reorganização societária e recursos obtidos da oferta de ações de Cnova, líquido dos custos de transação	70
Ajuste de conversão do exercício	4
Reconhecimento reflexo de mutações no patrimônio de Nova Pontocom	57
Reconhecimento dos efeitos da investigação sobre o patrimônio de Cnova	53
Valor do efeito no patrimônio líquido na Companhia via equivalência na Nova Pontocom	184
Reorganização societária em Marneylectro	(91)
Valor do efeito total no patrimônio líquido na Companhia	93

Portanto, os valores indicados nas rubricas “Oferta de ações Cnova”, “Reorganização societária” e “Ajuste de conversão do exercício” demonstradas na Demonstração das mutações do patrimônio líquido de 2014 montam o valor de R\$93 detalhado no quadro acima.

(iv) Incorporação de Nova Pontocom

A Companhia foi parte integrante no processo de cisão e incorporação de Nova Pontocom. A deliberação dos acionistas da Companhia sobre a cisão e a subsequente incorporação aconteceu no dia 22 de dezembro de 2015 em Assembleia Geral Extraordinária. Na data da efetivação da reestruturação, a composição acionária de Nova Pontocom era composta por CBD, com 53,20% do capital social, Via Varejo, com 43,90% e minoritários, que correspondiam a 2,90%. Os elementos patrimoniais de Nova Pontocom que foram incorporados à Companhia no dia 22 de dezembro de 2015 estão detalhados no quadro abaixo:

	22.12.2015
Créditos fiscais	
PIS a recuperar	19
COFINS a recuperar	84
Imposto de renda a recuperar	1
Investimentos	
Cnova	(47)
Total do ativo	57
Mútuos passivos	
Mútuos a pagar contra Via Varejo	78
Total do passivo	78
	-
Acervo líquido incorporado	21

Como resultado das movimentações geradas pelo reconhecimento do acervo líquido de Nova Pontocom em Via Varejo, as movimentações na rubrica “Investimentos” demonstradas nesta nota explicativa, foram impactadas no valor de R\$20 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015. O detalhamento deste saldo está demonstrado a seguir:

Aumento de capital de Nova Pontocom por meio de contrato de mútuo	9
Absorção do investimento em Cnova	(47)
Acervo líquido incorporado	21
Juros sobre contrato de mútuo	(3)
	(20)

Com a incorporação de Nova Pontocom e a sua extinção na estrutura dos negócios, a Via Varejo passou a ter participação direta em Marneylectro no percentual de 43,90%, enquanto CBD detém 53,20% sobre o capital social.

(v) Reflexos da oferta de ações Cnova N.V.

A reversão de certos impostos de renda diferido em Cnova N.V. descritos na nota 1(a.ii) inclui saldos gerados na oferta de ações de 2014 e que foram identificados como sem expectativa de recuperação após o

reconhecimento de perdas no final do exercício de 2015. A baixa deste montante de impostos de renda diferido foi registrado contra o patrimônio líquido seguindo o registro das despesas que o originaram.

b) BINV e FIC

BINV e FIC são instituições financeiras criadas com o objetivo de financiar as vendas diretamente para clientes de CBD e da Via Varejo. Atualmente, a BINV encontra-se em fase não operacional. Elas são resultado da associação de CBD e da Companhia com o Banco Itaú Unibanco S.A. A Companhia detém, por meio da controlada Lake, 50,00% e 14,24% do capital votante total da BINV e FIC, respectivamente.

c) CBCC

Em 30 de dezembro de 2014, a Companhia alienou a totalidade de sua participação no capital da CBCC para a Atento Brasil S.A. Após o atendimento a todas as condições precedentes contidas no contrato de compra e venda, a Companhia recebeu o valor de R\$20 e obteve um ganho de R\$16, que foi reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

Dessa forma, os saldos patrimoniais da CBCC foram desconsolidados do balanço patrimonial consolidado da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Na demonstração do fluxo de caixa consolidado, as movimentações da CBCC ocorridas até a data de sua alienação foram mantidas em suas respectivas rubricas.

d) Sabara, PFAB e FACT

Em 14 de julho de 2014, foram encerradas as operações de Sabara, cujo controle acionário era detido integralmente pela Companhia. Os ativos e passivos dessa operação eram substancialmente equivalentes de caixa que foram resgatados no seu encerramento no valor de R\$20.

Em 31 de outubro de 2014, foram incorporadas as operações de PFAB e FACT com o intuito de simplificar a estrutura da Companhia e reduzir gastos e despesas operacionais. Nesta transação, a Companhia baixou seu investimento em PFAB e FACT avaliado em R\$15 (caixa e equivalentes de caixa avaliados em R\$2), assumindo todos os seus ativos e passivos.

Não há restrições significativas relacionadas aos investimentos mantidos pela Companhia.

Informações financeiras resumidas das coligadas

A seguir, informações das coligadas que a Companhia julga como relevante para o cálculo da equivalência patrimonial:

	FIC		Cnova - reapresentado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Ativo circulante	3.894	3.815	3.706	4.813
Ativo não circulante	38	35	1.199	1.231
Ativo total	3.932	3.850	4.905	6.044
Passivo circulante	3.070	2.963	5.970	6.952
Passivo não circulante	15	15	117	131
Patrimônio líquido (i)	847	872	(1.170)	(753)
Não controladores	-	-	(12)	(286)
Total passivo e patrimônio líquido	3.932	3.850	4.905	6.044
<u>Resultados operacionais:</u>				
Receitas	1.118	1.025	12.826	8.056
Resultados operacionais	370	397	1041	667
Lucro (prejuízo) líquido	226	220	(1.009)	(248)

O cálculo do investimento considera o patrimônio líquido da investida, deduzido de: reserva especial de ágio, a qual é de direito exclusivo do Itaú Unibanco, para a FIC.

11. Imobilizado

	Controladora					
	Saldo em 31.12.2015			Saldo em 31.12.2014		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	12	-	12	12	-	12
Edifícios	53	(31)	22	72	(48)	24
Benfeitorias em imóveis de terceiros	860	(166)	694	787	(194)	593
Máquinas e equipamentos	150	(59)	91	142	(50)	92
Equipamentos de informática	297	(178)	119	248	(143)	105
Instalações	159	(65)	94	143	(54)	89
Móveis e utensílios	177	(45)	132	147	(33)	114
Veículos	31	(12)	19	109	(30)	79
Imobilizado em andamento	4	-	4	37	-	37
Outros	40	(12)	28	37	(20)	17
	1.783	(568)	1.215	1.734	(572)	1.162
Arrendamento mercantil financeiro						
Equipamentos de informática	156	(133)	23	137	(119)	18
Veículos	-	-	-	1	-	1
	156	(133)	23	138	(119)	19
	1.939	(701)	1.238	1.872	(691)	1.181

Controladora						
	Saldo em 31.12.2013	Adições	Baixas	Depreciações	Transferências	Saldo em 31.12.2014
Terrenos	12	-	-	-	-	12
Edifícios	27	-	-	(2)	(1)	24
Benfeitorias em imóveis de terceiros	450	105	1	(38)	75	593
Máquinas e equipamentos	73	12	-	(10)	17	92
Equipamentos de Informática	88	59	(1)	(45)	4	105
Instalações	80	20	(4)	(10)	3	89
Móveis e utensílios	97	21	-	(10)	6	114
Veículos	108	2	(26)	(5)	-	79
Imobilizado em andamento	23	117	(1)	-	(102)	37
Outros	11	8	-	(3)	1	17
	<u>969</u>	<u>344</u>	<u>(31)</u>	<u>(123)</u>	<u>3</u>	<u>1.162</u>
Arrendamento mercantil financeiro						
Equipamentos de informática	30	-	-	(12)	-	18
Veículos	1	-	-	-	-	1
	<u>31</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(12)</u>	<u>-</u>	<u>19</u>
	<u>1.000</u>	<u>344</u>	<u>(31)</u>	<u>(135)</u>	<u>3</u>	<u>1.181</u>

Controladora						
	Saldo em 31.12.2014	Adições	Baixas	Depreciações	Transferências (i)	Saldo em 31.12.2015
Terrenos	12	-	-	-	-	12
Edifícios	24	-	(1)	(1)	-	22
Benfeitorias em imóveis de terceiros	593	101	(20)	(43)	63	694
Máquinas e equipamentos	92	13	-	(13)	(1)	91
Equipamentos de Informática	105	47	8	(43)	2	119
Instalações	89	14	(1)	(12)	4	94
Móveis e utensílios	114	26	(1)	(13)	6	132
Veículos	79	2	(12)	(3)	(47)	19
Imobilizado em andamento	37	37	-	-	(70)	4
Outros	17	17	-	(6)	-	28
	<u>1.162</u>	<u>257</u>	<u>(27)</u>	<u>(134)</u>	<u>(43)</u>	<u>1.215</u>
Arrendamento mercantil financeiro						
Equipamentos de informática	18	19	-	(14)	-	23
Veículos	1	-	(1)	-	-	-
	<u>19</u>	<u>19</u>	<u>(1)</u>	<u>(14)</u>	<u>-</u>	<u>23</u>
	<u>1.181</u>	<u>276</u>	<u>(28)</u>	<u>(148)</u>	<u>(43)</u>	<u>1.238</u>

(i) O saldo da coluna "Transferências" foi impactado pelo montante de R\$47 referente ao aporte de capital que a Companhia efetuou para a empresa VVLog mediante transferências de veículos. Esse montante foi parcialmente reduzido por R\$5, relativo aos ativos das lojas CADE que estavam na rubrica "Ativos não correntes à venda", cujos ativos foram reaproveitados, após o fechamento das lojas.

Consolidado						
	Saldo em 31.12.2015			Saldo em 31.12.2014		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	16	-	16	16	-	16
Edifícios	58	(35)	23	78	(53)	25
Benfeitorias em imóveis de terceiros	860	(166)	694	789	(195)	594
Máquinas e equipamentos	330	(132)	198	324	(111)	213
Equipamentos de informática	298	(178)	120	248	(143)	106
Instalações	171	(71)	100	152	(59)	93
Móveis e utensílios	180	(47)	133	149	(35)	114
Veículos	81	(18)	63	111	(32)	79
Imobilizado em andamento	9	-	9	37	-	37
Outros	40	(12)	28	37	(20)	17
	<u>2.043</u>	<u>(659)</u>	<u>1.384</u>	<u>1.941</u>	<u>(648)</u>	<u>1.294</u>
Arrendamento mercantil financeiro						
Equipamentos de informática	156	(133)	23	137	(119)	18
Veículos	-	-	-	1	-	1
	<u>156</u>	<u>(133)</u>	<u>23</u>	<u>138</u>	<u>(119)</u>	<u>19</u>
	<u>2.199</u>	<u>(792)</u>	<u>1.407</u>	<u>2.079</u>	<u>(767)</u>	<u>1.313</u>

	Consolidado						
	Saldo em 31.12.2013	Adições	Baixas	Depreciações	Transferências	Desconsolidação de CBCC	Saldo em 31.12.2014
Terrenos	16	-	-	-	-	-	16
Edifícios	28	-	-	(2)	(1)	-	25
Benfeitorias em imóveis de terceiros	450	103	1	(35)	75	-	594
Máquinas e equipamentos	206	13	-	(22)	17	(1)	213
Equipamentos de informática	91	60	(1)	(46)	4	(2)	106
Instalações	86	20	(4)	(11)	3	(1)	93
Móveis e utensílios	99	20	-	(10)	6	(1)	114
Veículos	109	2	(27)	(5)	-	-	79
Imobilizado em andamento	23	117	(1)	-	(102)	-	37
Outros	11	8	-	(3)	1	-	17
	1.119	343	(32)	(134)	3	(5)	1.294
Arrendamento mercantil financeiro:							
Equipamentos de informática	30	-	-	(12)	-	-	18
Veículos	1	-	-	-	-	-	1
	31	-	-	(12)	-	-	19
Total	1.150	343	(32)	(146)	3	(5)	1.313

Consolidado						
	Saldo em 31.12.2014	Adições	Baixas	Depreciações	Transferências (ii)	Saldo em 31.12.2015
Terrenos	16	-	-	-	-	16
Edifícios	25	-	(1)	(1)	-	23
Benfeitorias em imóveis de terceiros	594	101	(21)	(43)	63	694
Máquinas e equipamentos	213	13	-	(27)	(1)	198
Equipamentos de informática	106	47	8	(43)	2	120
Instalações	93	16	(1)	(13)	5	100
Móveis e utensílios	114	26	(1)	(12)	6	133
Veículos	79	3	(12)	(7)	-	63
Imobilizado em andamento	37	42	-	-	(70)	9
Outros	17	17	-	(6)	-	28
	1.294	265	(28)	(152)	5	1.384
Arrendamento mercantil financeiro						
Equipamentos de informática	18	19	-	(14)	-	23
Veículos	1	-	(1)	-	-	-
	19	19	(1)	(14)	-	23
	1.313	284	(29)	(166)	5	1.407

(ii) Os saldos das colunas "Transferências" foram impactados pelo montante de R\$5, relativo aos ativos das lojas CADE que estavam na rubrica "Ativos não correntes à venda", cujos ativos foram reaproveitados, após o fechamento das lojas.

a) Depreciação e vida útil

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia reconheceu no custo de mercadorias e serviços vendidos o montante de R\$40 referente à depreciação de seu imobilizado nas informações contábeis individuais (R\$30 em 31 de dezembro de 2014) e R\$58 nas informações contábeis consolidadas (R\$40 em 31 de dezembro de 2014).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não houve alteração da expectativa de vida útil em relação às taxas de depreciação praticadas no exercício anterior.

b) Testes de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado (*impairment*)

Anualmente, a Companhia efetua o teste de recuperação de seus ativos ou grupo de ativos ou Unidade Geradora de Caixa ("UGC"), ou ainda sempre que houver qualquer evidência interna ou externa que o ativo possa apresentar perda do valor recuperável. Em 2015, a Companhia realizou o teste de redução ao valor recuperável e constatou que nenhum de seus ativos ou grupos de ativos ou UGC tem valor recuperável menor que o saldo contábil.

As perdas por não recuperação, quando houver, são reconhecidas no resultado do exercício em categorias de despesas consistentes com a função do respectivo ativo não recuperável. A perda por não recuperação reconhecida anteriormente somente é revertida se houver alteração das premissas adotadas para definir o valor recuperável do ativo no seu reconhecimento inicial ou mais recente, exceto no caso do ágio que não pode ser revertido em períodos futuros.

O valor recuperável das UGCs foi determinado por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa para os próximos cinco anos. As premissas utilizadas no cálculo foram as seguintes:

Em 5 anos

	2015	2014
Crescimento de vendas líquidas	6,2%	6,5%
Margem EBITDA (*)	6,6%	14,8%
Taxa de desconto	12,5%	11,4%

(*) Certas despesas da Companhia não são alocadas nas demonstrações de resultado das UGCs e, portanto, diferem do EBITDA da Companhia.

Como resultado dessa análise, não houve perda por redução ao valor recuperável.

c) Juros capitalizados

O valor dos juros capitalizados consolidados de Imobilizado e Intangível para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$5 (R\$4 em 31 de dezembro de 2014). A taxa adotada para apuração dos custos de empréstimos elegíveis para capitalização foi de aproximadamente 69,13% do CDI ao ano (104,40% do CDI ao ano em 31 de dezembro de 2014), correspondente à taxa de juros efetiva dos empréstimos tomados pelas empresas.

12. Intangível

Controladora						
Saldo em 31.12.2015			Saldo em 31.12.2014			
Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido	
Fundo de comércio (b)	73	(66)	7	74	(63)	11
Direitos contratuais	186	(39)	147	186	(8)	178
Software e licenças	228	(90)	138	144	(74)	70
	487	(195)	292	404	(145)	259
Arrendamento mercantil financeiro						
Software	113	(32)	81	112	(21)	91
	600	(227)	373	516	(166)	350

Controladora				
	Saldo em 31.12.2013	Adições	Amortização	Saldo em 31.12.2014
Fundo de comércio	13	4	(6)	11
Direitos contratuais	-	186	(8)	178
Software e licenças	40	42	(12)	70
	53	232	(26)	259
Arrendamento mercantil financeiro				
Software	77	26	(12)	91
	130	258	(38)	350

	Controladora				
	Saldo em 31.12.2014	Adições	Baixas	Amortização	Saldo em 31.12.2015
Fundo de comércio	11	1	-	(5)	7
Direitos contratuais	178	-	-	(31)	147
Software e licenças	70	85	(1)	(16)	138
	259	86	(1)	(52)	292
Arrendamento mercantil financeiro					
Software	91	1	-	(11)	81
	350	87	(1)	(63)	373

Consolidado						
Saldo em 31.12.2015			Saldo em 31.12.2014			
Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido	
Ágio (a)	627	-	627	-	627	
Fundo de comércio (b)	73	(66)	7	74	(63)	11
Marcas e patentes (c)	46	-	46	46	-	46
Direitos contratuais (d)	186	(39)	147	186	(8)	178
Software e licenças	231	(91)	140	146	(75)	71
Contrato vantajoso (e)	36	(4)	32	36	(2)	34
	1.199	(200)	999	1.115	(148)	967
Arrendamento mercantil financeiro						
Software	113	(32)	81	112	(21)	91
	1.312	(232)	1.080	1.227	(169)	1.058

	Consolidado				
	Saldo em 31.12.2013	Adições	Amortização	Desconsolidação	Saldo em 31.12.2014
Ágio	604	23	-	-	627
Fundo de comércio	13	4	(6)	-	11
Marcas e patentes	46	-	-	-	46
Direitos contratuais	-	186	(8)	-	178
Software e licenças	42	43	(13)	(1)	71
Contrato vantajoso	36	-	(2)	-	34
	741	256	(29)	(1)	967
Arrendamento mercantil financeiro					
Software	77	26	(12)	-	91
	818	282	(41)	(1)	1.058

	Consolidado				
	Saldo em 31.12.2014	Adições	Baixa	Amortização	Saldo em 31.12.2015
Ágio	627	-	-	-	627
Fundo de comércio	11	1	-	(5)	7
Marcas e patentes	46	-	-	-	46
Direitos contratuais	178	-	-	(31)	147
Software e licenças	71	86	(1)	(16)	140
Contrato vantajoso	34	-	-	(2)	32
	967	87	(1)	(54)	999
Arrendamento mercantil financeiro					
Software	91	1	-	(11)	81
	1.058	88	(1)	(65)	1.080

a) Ágio

A Companhia mantém ágio por expectativa de rentabilidade futura decorrente da aquisição da Bartira em 2013, no montante de R\$627.

b) Fundo de comércio

Os fundos de comércio referem-se aos valores pagos a antigos proprietários de pontos comerciais. Para o teste de valor recuperável, os fundos de comércio são alocados nas lojas que deram origem ao direito e testados em conjunto com a UGC.

c) Marcas e patentes

Em consequência da combinação de negócios da Bartira, foi reconhecido um valor para essa marca no montante de R\$46, com base na metodologia *royalties relief*, que representa o quanto seria a remuneração praticada pelo mercado pela utilização da marca, caso esta não fosse adquirida.

d) Direitos contratuais

Refere-se a direitos contratuais readquiridos em conexão com o novo contrato de intermediação de seguro e garantia estendida, no qual a Companhia readquiriu e cedeu por tempo determinado os direitos de exploração da comercialização de garantia estendida nas lojas Casas Bahia e Ponto Frio. Vide nota explicativa nº 18 (i).

e) Contrato vantajoso - Bartira

O imóvel utilizado por Bartira é objeto de arrendamento mercantil operacional, tendo CB como arrendadora. Sua mensuração foi realizada por informação de transações comparáveis no mercado.

f) Testes de redução ao valor recuperável do ativo intangível

Para os ativos intangíveis de vida útil definida, a Companhia avalia a existência de evidências que possam indicar que o seu valor contábil não seja mais recuperável pela sua utilização. O valor recuperável foi calculado com base no valor em uso, tendo sido determinado em relação à unidade geradora de caixa. A unidade geradora de caixa consistia nos ativos das lojas. Para determinação do valor em uso da unidade geradora de caixa, os fluxos de caixa foram descontados à taxa de 12,5% antes dos impostos sobre a renda. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, não houve perda relacionada a redução ao valor recuperável.

Para ágio por aquisição de controladas (Bartira), para a determinação de seu valor recuperável, o seu valor foi devidamente alocado ao segmento que ele pertence (Eletrô). A aquisição de Bartira foi estratégica e realizada com o objetivo de garantir um fornecimento contínuo de móveis, importante categoria de vendas

para a Companhia, bem como alavancar o fluxo de clientes para as lojas, qual beneficia fortemente todas as demais categorias de produtos. Dessa forma, o teste de *impairment* para o ágio foi realizado tomando os fluxos de caixa futuros da Via Varejo.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia mantém um valor de ágio gerado na aquisição da Bartira, realizada em 2013. Para a determinação do valor recuperável, três principais premissas foram utilizadas na elaboração do teste: (i) taxa de crescimento do triênio 2016-2018, conforme o planejamento estratégico da Companhia; (ii) taxa de crescimento dos resultados projetados de 6,2% ao ano após o terceiro ano; e (iii) taxa de desconto representativa ao custo de capital da Companhia de 12,5% ao ano. Essa análise não indicou a necessidade de provisão para realização desse ativo.

Para os demais ativos reconhecidos ao valor justo na data de aquisição (contrato vantajoso, marca Bartira, etc), a Companhia mensurou o valor recuperável do conjunto desses ativos e o comparou com os valores contábeis. Não houve necessidade de ajustes dos valores contábeis ao seu valor recuperável em 31 de dezembro de 2015.

13. Empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Debêntures				
Debêntures, líquidas de custo de captação (a)	-	620	-	620
Empréstimos e financiamentos				
CDCI (b)	2.474	2.876	2.474	2.876
IBM, líquido de custo de captação	94	107	94	107
Arrendamento mercantil financeiro	107	96	107	96
BNDES	-	-	-	7
Empréstimos em moeda estrangeira, líquidos dos contratos de <i>swap</i> (c)	584	-	584	-
	3.259	3.079	3.259	3.086
	3.259	3.699	3.259	3.706
Circulante	2.679	3.402	2.679	3.409
Não circulante	580	297	580	297

a) Debêntures

	Valor emissão	Debêntures em circulação	Data de emissão	Data de vencimento	Encargos financeiros anuais	Preço unitário	Controladora e Consolidado	
							31.12.2015	31.12.2014
3ª emissão da 1ª série Via Varejo - sem preferência	400.000	40.000	30/01/2012	30/07/2015	CDI + 1,0%	10	-	420
1ª emissão da 2ª série NCB - Sem preferência	200.000	20.000	29/06/2012	29/01/2015	CDI + 0,72%	10	-	200
							-	620

b) CDCI

As operações de financiamento ao consumidor por intermediação correspondem às atividades de financiamento de vendas a prazo a clientes, por intermédio de uma instituição financeira (vide nota explicativa nº 6 (i)). As taxas são pré-fixadas a cada captação que a Companhia realiza. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a média ponderada das taxas praticadas pelas instituições financeiras para as operações de CDCI era de 15,57% a.a. (12,50% a.a. em 31 de dezembro de 2014).

c) Empréstimos em moeda estrangeira, líquidos dos contratos de *swap*

A Companhia contratou empréstimos em moeda estrangeira no exercício com valor principal em dólares norte-americanos.

A Companhia faz uso de operações de *swap* de 100% das captações em dólares norte-americanos e taxas de juros fixas, e juros variáveis quando aplicáveis, trocando estas obrigações pelo Real atrelado às taxas de juros do CDI (flutuante). As operações de *swap* são contratadas com a mesma contraparte e moeda dos empréstimos correspondentes. Esses contratos possuem os mesmos prazos e datas para pagamento de juros e principal.

Mais informações sobre estes contratos foram incluídas na nota explicativa nº 4.

Movimentação dos empréstimos

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2013	3.946	3.963
Captações (i)	5.050	5.050
Provisão para juros (i)	414	415
Swap	(1)	(1)
Variação cambial	2	2
Amortizações (i)	(5.311)	(5.320)
Amortizações de arrendamento	(26)	(26)
Pagamento de juros (i)	(366)	(368)
Pagamento de juros de arrendamento	(9)	(9)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	3.699	3.706
Captações (i)	4.637	4.637
Provisão para juros (i)	379	380
Swap	(112)	(112)
Variação cambial	155	155
Amortizações (i)	(5.081)	(5.088)
Amortizações de arrendamento	(10)	(10)
Pagamento de juros de swap	(14)	(14)
Pagamento de juros (i)	(383)	(384)
Pagamento de juros de arrendamento	(11)	(11)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	3.259	3.259

- (i) Em 2015, os montantes referentes às operações de CDCI foram de R\$4.067 de captações, R\$4.471 de amortizações, R\$313 de pagamento de juros e R\$315 de provisão de juros (R\$5.024, R\$5.038, R\$277 e R\$300, respectivamente, em 2014).

Cronograma de vencimentos dos empréstimos e financiamentos reconhecidos no passivo não circulante

Ano	Controladora e Consolidado
2017	459
2018	43
2019	31
2020	16
2021	15
2022	17
Subtotal	581
Custo de captação	(1)
Total	580

14. Tributos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
PIS e COFINS a pagar	370	324	371	326
ICMS a pagar	98	99	100	102
Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	33	2	33
Outros	15	42	16	42
	483	498	489	503

15. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

a) Reconciliação das despesas do imposto de renda e da contribuição social

	Controladora - reapresentado		Consolidado - reapresentado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Lucro antes da tributação	80	1.350	80	1.345
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal de 34%	(27)	(459)	(27)	(457)
Equivalência patrimonial	(48)	(25)	(64)	(22)
Reversão de contingência PPA, líquido (i)	-	-	15	-
Outras diferenças permanentes não dedutíveis	9	5	10	5
Imposto de renda e contribuição social efetivos	(66)	(479)	(66)	(474)
Corrente	(76)	(283)	(78)	(287)
Diferido	10	(196)	12	(187)
Despesas de imposto de renda e contribuição social	(66)	(479)	(66)	(474)

(i) A reversão da contingência do PPA Bartira de R\$23 relativa ao imposto de renda e contribuição social foi classificada como diferido, líquido da referida alíquota.

b) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos

	Controladora - reapresentado		Consolidado - reapresentado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Prejuízos fiscais e base negativa	36	72	64	86
Provisão para demandas judiciais	106	79	107	79
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	92	86	92	87
Benefício fiscal de ágio sobre incorporação reversa	9	60	9	60
Depreciação e amortização de imobilizado e intangível	(38)	(89)	(48)	(97)
Provisão para despesas correntes	32	35	35	38
Estimativa de perda de ativo imobilizado e estoque	21	20	22	20
PPA Bartira	-	-	(39)	(9)
Provisão para variação cambial e swaps não realizados	10	-	10	-
Arrendamento mercantil financeiro	6	(5)	6	(5)
Outros	8	13	-	10
	282	271	259	269
Ativo fiscal diferido	282	271	286	272
Passivo fiscal diferido	-	-	(27)	(3)

Realização esperada do imposto de renda e da contribuição social diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos em decorrência de estudos preparados pela Administração quanto à geração de lucros tributáveis que possibilitem a realização total desses valores nos próximos anos, além da expectativa de realização das diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis, conforme indicado a seguir:

Em 31 de dezembro de 2015	Controladora - reapresentado	Consolidado - reapresentado
2016	197	193
2017	43	41
2018	41	39
2019	1	(4)
2020	(4)	(8)
Mais de 5 anos	4	(3)
	282	259

16. Provisão para demandas judiciais

	Controladora			
	Tributárias	Previdenciárias e trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	64	104	83	251
Adições	1	251	126	378
Pagamentos	-	(40)	(35)	(75)
Reversões	(40)	(48)	(90)	(178)
Atualização monetária	4	34	29	67
Saldo em 31 de dezembro de 2014	29	301	113	443
Adições	-	213	207	420
Pagamentos	(2)	(118)	(122)	(242)
Reversões	-	(53)	(119)	(172)
Atualização monetária	2	39	33	74
Saldo em 31 de dezembro de 2015	29	382	112	523

	Consolidado			
	Tributárias	Previdenciárias e trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	170	119	83	372
Adições	1	256	126	383
Pagamentos	-	(42)	(35)	(77)
Reversões	(40)	(49)	(90)	(179)
Atualização monetária	4	37	29	70
Saldo em 31 de dezembro de 2014	135	321	113	569
Adições	5	215	209	429
Pagamentos	(2)	(118)	(122)	(242)
Reversões	(100)	(57)	(119)	(276)
Atualização monetária	2	39	33	74
Saldo em 31 de dezembro de 2015	40	400	114	554

a) Tributárias

Os processos tributários fiscais estão sujeitos, por lei, à atualização mensal, que se refere a um ajuste no montante de provisões para demandas judiciais de acordo com as taxas dos indexadores utilizados por cada jurisdição fiscal. Em todos os casos, tanto os encargos de juros quanto as multas, quando aplicável, foram computados e totalmente provisionados com respeito aos montantes não pagos.

Os principais processos tributários provisionados são como segue:

Majoração da alíquota de ICMS

Majoração da alíquota de ICMS em 1,0%, instituída pelo Estado do Rio de Janeiro - Fundo Estadual de Combate à Pobreza, cujos valores estão depositados integralmente e outros assuntos, no montante de R\$30 em 31 de dezembro de 2015 (R\$28 em 31 de dezembro de 2014).

Contingências PPA Bartira

Em consonância com a combinação de negócios da Bartira ocorrida em 2013, foram registrados certos passivos. A principal matéria referia-se a questões tributárias, que na data da combinação de negócios totalizavam R\$106 entre imposto de renda e contribuição social, PIS, COFINS e ICMS. Deste total, R\$100 representavam riscos que expiraram no primeiro semestre de 2015 e a respectiva provisão foi revertida (vide nota explicativa nº 15 (a) para imposto de renda e contribuição social e nota explicativa nº 22 (iii) para os demais tributos).

Em 31 de dezembro de 2015, as contingências relacionadas ao PPA Bartira totalizavam R\$18 (R\$118 em 31 de dezembro de 2014), sendo R\$6 de contingências tributárias (R\$106 em 31 de dezembro de 2014) e R\$12 de contingências trabalhistas (R\$12 em 31 de dezembro de 2014).

b) Previdenciárias e trabalhistas

A Companhia é parte em vários processos trabalhistas, principalmente devido a demissões no curso normal de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia mantinha uma provisão no montante de R\$400 (R\$321 em 31 de dezembro de 2014).

c) Cíveis e outros

A Companhia responde a ações de natureza cível e outras em diversos níveis judiciais. Os principais

processos são referentes a:

- Ações renovatórias de aluguel de lojas, em que a Companhia é obrigada a pagar valores provisórios de aluguéis até o seu trânsito em julgado. A Companhia constitui provisão entre o valor pago a título de aluguel provisório e aquele determinado em decisão judicial. Em 31 de dezembro de 2015, o saldo da provisão era de R\$50 (R\$27 em 31 de dezembro de 2014).
- Ações envolvendo direitos das relações de consumo. Em 31 de dezembro de 2015, o saldo dessa provisão era de R\$64 (R\$86 em 31 de dezembro de 2014).

d) Passivos contingentes

Nossa coligada Cnova, alguns de seus antigos e atuais diretores, e os subscritores da oferta pública inicial da Cnova, ou IPO, foram indicados como réus em um ação na Corte do Distrito Sul de Nova Iorque, apresentando reclamações relacionadas com a situação macro-econômica no Brasil e enfatizados pelo assunto da revisão interna. Em decorrência desta ação, Cnova poderá incorrer em despesas significativas (incluindo, sem limitação, à honorários advocatícios substanciais e outros honorários de consultores e obrigações de indenizar alguns antigos e atuais diretores e os subscritores da oferta pública inicial da Cnova, que são ou podem se tornar parte ou envolvidos neste assunto). A Companhia e sua coligada Cnova estão impossibilitadas, neste momento, de prever a extensão da potencial responsabilidade nesses assuntos, incluindo, se houver, ação paralela que pode ser tomada pela SEC (comissão de valores mobiliários dos Estados Unidos) como resultado dos fatos desse assunto ou da revisão interna conduzida por sua controladora GPA, sua coligada Cnova e seus consultores, contratados pelo Conselho de Administração da Cnova.

A Companhia possui outras demandas que foram analisadas por consultores jurídicos e consideradas como possíveis, portanto, não provisionadas, totalizando R\$1.209 em 31 de dezembro de 2015 (R\$767 em 31 de dezembro de 2014), e que são relacionadas principalmente a:

Tributárias

- COFINS, PIS, IRPJ, IRRF, CSLL, IOF, IPI e INSS: (i) processos administrativos e judiciais relacionados a pedidos de compensação não reconhecidos pelo Fisco, gerados em virtude de créditos advindos de êxito em processos judiciais, referentes a divergência de recolhimentos, pagamentos a maior e multa por descumprimento de obrigação acessória; (ii) autuação fiscal em decorrência da exclusão de valores considerados pela Receita Federal como receitas tributáveis e do aproveitamento de créditos de PIS e COFINS não cumulativos referente a bonificações recebidas de fornecedores e taxa de administração de cartão. O montante envolvido nos referidos processos era de aproximadamente R\$488 em 31 de dezembro de 2015 (R\$316 em 31 de dezembro de 2014).
- ICMS, ISS e taxas: autuações fiscais decorrentes da tributação da comercialização de serviços, diferenças de informações transmitidas para a Fazenda Estadual, bem como visando rever a apropriação de créditos: (i) aquisição de mercadorias de fornecedores com inscrição estadual irregular perante o Fisco; (ii) descumprimento de obrigações acessórias; (iii) decorrentes da comercialização de garantia estendida e (iv) outros de menor materialidade. O montante envolvido nas referidas autuações era de aproximadamente R\$523 em 31 de dezembro de 2015 (R\$403 em 31 de dezembro de 2014).
- Ágio Mandala: autuação fiscal em razão da dedução de encargos de amortização nos anos de 2012 e 2013, do ágio originado da aquisição do Ponto Frio ocorrida no ano-calendário de 2009. O valor atualizado do auto de infração corresponde a R\$72 de IRPJ e CSLL.

e) Depósitos recursais e judiciais

A Companhia está contestando o pagamento de certos impostos, contribuições e obrigações trabalhistas e efetuou depósitos recursais (vinculados), de montantes equivalentes aos pendentes das decisões legais finais. Este montante está registrado no ativo da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Previdenciárias e trabalhistas	340	246	350	254
Tributárias	46	46	48	49
Cíveis e outras	14	10	16	11
	<u>400</u>	<u>302</u>	<u>414</u>	<u>314</u>

f) Garantias

A Companhia ofereceu garantias em algumas ações cíveis, trabalhistas e tributárias, conforme demonstrado a seguir:

Ações	Imóveis	Carta de fiança	Total
Tributárias	16	1.541	1.557
Previdenciária e trabalhistas	2	5	7
Cíveis e outras	4	45	49
	22	1.591	1.613

O custo anual das cartas de fiança é de aproximadamente 0,5% e é registrado na rubrica "Despesas financeiras", pela fluência do prazo.

17. Operações de arrendamento mercantil

a) Arrendamento mercantil operacional

Os contratos de arrendamento operacional mantidos pela Companhia são avaliados periodicamente quanto a sua possibilidade de cancelamento, classificando-os em contratos "canceláveis" e "não-canceláveis".

(i) Pagamentos mínimos não canceláveis

	Controladora e Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014
Menos de 1 ano	51	18
De 1 a 5 anos	203	69
Mais de 5 anos	345	49
	599	136

Os contratos de arrendamento operacional variam de 3 a 20 anos e na tabela acima estão divulgados os valores dos contratos não canceláveis de locação de imóveis até as respectivas datas de vencimento.

A Companhia possui outros contratos de arrendamento operacional que na avaliação da Administração da Companhia são considerados como canceláveis, cuja despesa é registrada pela fluência do prazo. O montante da despesa na rubrica "pagamentos não contingentes" com contratos de arrendamento operacional está demonstrado no item (iii) abaixo.

(ii) Pagamentos mínimos na rescisão de contratos de locação

A Companhia avaliou e concluiu que a maioria dos contratos de locação de imóveis são canceláveis durante sua vigência, e na ocorrência de cancelamento do contrato, serão devidos pagamentos mínimos de rescisão que podem variar de 1 a 12 meses do aluguel mensal ou um percentual fixo sobre o saldo contratual.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Pagamentos mínimos na rescisão	433	474	441	482

(iii) Despesas com aluguéis

A Administração considera o pagamento de aluguéis adicionais como pagamentos contingentes, que variam entre 0,1% e 4,5% das vendas.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Pagamentos contingentes considerados como despesas durante o exercício	77	133	77	133
Pagamentos não contingentes	692	621	694	626

b) Arrendamento mercantil financeiro

Os compromissos e as obrigações referentes aos contratos de aluguéis de equipamentos de informática e *software* estão demonstrados a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014
Passivo de arrendamento mercantil financeiro:		
Menos de 1 ano	23	17
De 1 a 5 anos	90	70
Mais de 5 anos	36	54
Valor bruto dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	149	141
Encargos futuros de financiamento	(42)	(45)
Valor atual dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	107	96

18. Receitas diferidas

	Controladora e Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014
Garantias complementares ou estendidas (i)	735	811
Operação de cartões e correspondente bancário (ii)	686	-
Direitos outorgados	13	27
Outros	19	25
	1.453	863
Circulante	265	162
Não circulante	1.188	701

- (i) Em 29 de agosto de 2014, a Companhia celebrou com a Zurich novos contratos para venda de seguro de garantia estendida nas lojas Casas Bahia e Ponto Frio. A vigência desse contrato é de até oito anos. Em 1º de outubro de 2014, as condições precedentes existentes nos contratos foram cumpridas.

A Companhia recebeu a quantia de R\$850 a título de antecipação pela angariação de seguros, dos quais R\$150 foram recebidos em setembro de 2014 e R\$700 em outubro de 2014.

Também em setembro de 2014, o antigo provedor de seguro de garantia estendida nas lojas das bandeiras Casas Bahia e Ponto Frio foi devidamente notificado quanto à rescisão antecipada dos referidos contratos, tendo a Companhia acordado o pagamento de R\$584 em decorrência da: (i) recompra do direito concedido ao antigo provedor para explorar sua base de clientes pelo prazo do contrato, reconhecidos no ativo intangível da Companhia (R\$186); e (ii) devolução das antecipações realizadas na celebração do contrato devido à sua rescisão antecipada (R\$398). Os valores foram liquidados em outubro de 2014.

- (ii) Em 4 de dezembro de 2015, a Via Varejo celebrou contrato de prestação de serviços financeiros com o Banco Bradesco S.A. e o Banco Bradescard S.A. (conjuntamente, "Bradesco") com vigência até 28 de agosto de 2029. O contrato altera e inclui cláusulas no contrato firmado entre as partes, na época Casa Bahia Comercial Ltda e Bradesco, no dia 10 de novembro de 2006. São partes do acordo (i) disposições sobre a oferta de cartões *co-branded* e outros serviços financeiros correlatos relacionados à marca "Casas Bahia" e (ii) disposições gerais aplicáveis à prestação de serviços financeiros, correspondente bancário e serviço de crédito direto ao consumidor. Os valores envolvidos na transação montam R\$704 e são divididos em antecipação de comissões, no valor de R\$550, e remunerações adicionais, no valor de R\$154.

O valor recebido de R\$550 será reconhecido no resultado do exercício na medida em que as metas contratuais são atingidas e deverão ser compensadas nos próximos 9 anos, enquanto as remunerações adicionais de R\$154 serão realizadas conforme determinado pelo contrato, sendo R\$74 até 2020 e R\$80 até 2021.

A Administração estima que os valores classificados como “Não circulante” serão realizados na seguinte proporção:

Ano	Controladora e Consolidado
2017	249
2018	249
2019	245
2020	195
2021	72
2022 em diante	178
Total	1.188

19. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2015 era de R\$2.895 e estava representado por 1.290.886 milhares de ações, sendo 655.870 milhares de ações ordinárias e 635.016 milhares de ações preferenciais, todas escriturais nominativas e sem valor nominal.

Em decorrência do exercício de opções de ações, o Conselho de Administração aprovou, em 27 de julho de 2015, aumento de capital no montante de R\$478,68 (quatrocentos e setenta e oito reais e sessenta e oito centavos), mediante a emissão de 15.956 unidades de ações ordinárias e 31.912 unidades de ações preferenciais, perfazendo 15.956 *units*.

No dia 28 de outubro de 2015, também em decorrência do exercício de opções de ações, o Conselho de Administração aprovou aumento de capital no valor de R\$289,71 (duzentos e oitenta e nove reais e setenta e um centavos), mediante a emissão de 28.971 unidades de ações ordinárias e 57.942 unidades de ações preferenciais, perfazendo 28.971 *units*.

O detalhamento do exercício das opções de ações consta na parte (e) desta nota explicativa.

b) Reservas de capital – especial de ágio e transações com controladores

O valor registrado na rubrica “Reserva especial de ágio” decorre da incorporação da Mandala Empreendimentos e Participações S.A. pela Companhia em 22 de dezembro de 2009, empresa que continha o ágio gerado pela aquisição de Via Varejo por CBD. O ágio incorporado está com uma provisão de integridade do patrimônio de 66%, a fim de remanesecer o benefício tributário que será amortizado de acordo com o benefício econômico do ágio. Conforme estabelecido no Protocolo e Justificação da Incorporação das Ações de Emissão de Nova Casa Bahia, celebrado em 5 de outubro de 2010 (aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de novembro de 2010), o benefício fiscal decorrente dessa amortização passará a ser capitalizado sem a emissão de novas ações, ou seja, em benefício de todos os acionistas de Via Varejo.

A Companhia exerceu uma opção de compra para a aquisição do controle da Bartira, conforme aprovado em Assembleia Geral de Acionistas de 31 de outubro de 2013. Para tanto, a CBD fez uma contribuição de capital para a Companhia relativo ao valor justo da opção de compra, no montante de R\$314. O objetivo dessa contribuição foi para manter na Companhia toda a participação na Bartira.

Adicionalmente, as mudanças na participação societária na investida Cnova (anteriormente Nova Pontocom) ocorridas em 2013 e 2014 foram reconhecidas nesta reserva, totalizando o montante de R\$ 129 ao final do exercício de 2015.

c) Reserva de orçamento de capital

Em 2013, a Administração da Companhia propôs a retenção da parcela do lucro líquido, correspondente ao lucro não realizado, pelo ganho a valor justo com a aquisição da Bartira de R\$158, conforme mensuração inicial. Para essa operação foi constituída reserva de orçamento de capital. Os saldos incluídos nessa reserva poderão ser distribuídos com a alienação do investimento ou reclassificado na eventualidade de constituição de provisão para não realização de ativos, para os quais não há prazo definido, ou ainda por determinação da Assembleia de Acionistas.

d) Reserva de investimento

Conforme o artigo 199 da Lei nº 6.404/76, a Companhia pode constituir reserva de investimentos desde que o valor não seja superior ao valor de capital social. Segundo o Estatuto Social, a reserva de investimento tem por finalidade:

- Assegurar recursos para investimentos em bens do ativo permanente, sem prejuízo de retenção de lucros nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76.
- Reforço de capital de giro.
- Ser utilizada em operações de resgate, reembolso ou aquisição de ações do capital da Companhia, podendo a Assembleia Geral deliberar sua dispensa na hipótese de pagamento de dividendos adicionais ao dividendo obrigatório.

e) Plano de opções de compra de ações ordinárias e preferenciais

A Companhia mantém dois programas de opção de compra de ações preferenciais e ordinárias, denominados “Programa 2014” e “Programa 2015”, aprovados pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de maio de 2014. Os programas têm o objetivo de: (i) propiciar a participação dos administradores e empregados da Companhia no seu capital e nos acréscimos patrimoniais decorrentes dos resultados para os quais referidos administradores e empregados tenham contribuído; (ii) estimular a consecução dos objetivos sociais da Companhia; e (iii) alinhar os interesses dos administradores e empregados da Companhia com os dos acionistas da Companhia.

As ações decorrentes do exercício das opções terão os direitos estabelecidos nos respectivos planos, sendo certo que lhes será assegurado o direito de perceber os dividendos que vierem a ser distribuídos a partir da aquisição da ação. As opções outorgadas com base nos planos são pessoais e intransferíveis.

Conforme os termos dos programas, cada opção oferece ao seu beneficiário o direito de comprar uma ação ordinária e duas ações preferenciais de emissão da Companhia, visto que o beneficiário poderá, a seu exclusivo critério, utilizar tais ações para a formação de *units* da Companhia. Em ambos os programas, existe um período de carência de 36 meses sempre mensurados a partir da data na qual o Conselho de Administração aprovou a emissão da respectiva série de opções.

As opções de ações poderão ser exercidas por seus beneficiários em até 6 meses após o respectivo período de carência (42 meses da respectiva data de outorga). A principal condição para que as opções possam ser exercíveis (*vested*) é a permanência do beneficiário como empregado da Companhia. Os planos diferem, exclusivamente, no preço de exercício das opções, nas datas de outorga e na existência ou não de um período de restrição para venda das *units* adquiridas no exercício da opção.

O Programa 2014 foi outorgado pelo Comitê de Recursos Humanos no dia 30 de maio de 2014 e é dividido em dois planos: (i) Plano de opção de compra de ações (séries A1 e A2) e (ii) Plano de remuneração em opções de compra de ações (séries B1 e B2).

O Programa 2015 foi outorgado pelo Comitê de Recursos Humanos no dia 29 de maio de 2015 e é, assim como o Programa 2014, dividido em dois planos: (i) Plano de opção de compra de ações (série A3) e (ii) Plano de remuneração em opções de compra de ações (série B3).

A tabela a seguir apresenta os detalhes dos programas:

	Programa 2014		Programa 2015	
	Séries A1 e A2	Séries B1 e B2	Série A3	Série B3
Data da outorga	30/05/2014	30/05/2014	29/05/2015	29/05/2015
Término da carência	30/05/2017	30/05/2017	29/05/2018	29/05/2018
Data limite para exercício da opção	30/11/2017	30/11/2017	30/11/2018	30/11/2018
Valor de exercício (em reais)	R\$19,98	R\$0,01	R\$15,00	R\$0,01
Quantidade de opções outorgadas	476.387	476.578	686.651	686.651
Canceladas	(143.433)	(106.079)	(58.528)	(51.015)
Exercidas	-	(37.414)	-	(7.513)
Total em vigor	332.954	333.085	628.123	628.123

Devido aos programas ainda estarem em seu período de carência, não houve quaisquer opções exercidas no exercício que não sejam através de rescisão de funcionário.

O valor justo das opções em ambos os programas foi calculado com base no modelo de precificação de opções *Black & Scholes*, tendo sido consideradas as seguintes premissas (dadas na data de outorga):

	Programa 2014		Programa 2015	
	Séries A1 e A2 (units)	Séries B1 e B2 (units)	Série A3 (units)	Série B3 (units)
Volatilidade anual esperada	85,33% (i)		309,83% (ii)	
Preço de exercício (em reais)	R\$19,98	R\$0,01	R\$15,00	R\$0,01
Opções outorgadas	476.387	476.578	686.651	686.651
Valor de mercado médio (em reais) das <i>units</i> (uma ação ordinária e duas ações preferenciais) na data da outorga	R\$23,82		R\$15,32	
Valor justo por opção (em reais)	R\$14,87	R\$21,43	R\$15,23	R\$15,32
Vida média esperada até a data de exercício	36 meses		36 meses	
<i>Dividend yield</i> esperado	3,74%		3,32%	
Taxa livre de risco (projeção do CDI na data do vencimento)	11,70%		12,72%	

(i) Com base na volatilidade histórica de 16 de dezembro de 2013 até 30 de maio de 2014.

(ii) Com base na volatilidade histórica de 16 de dezembro de 2013 até 29 de maio de 2015.

O total da despesa reconhecida relativa aos Programas 2014 e 2015 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$9 (R\$4 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014).

f) Dividendos propostos com base nas demonstrações financeiras reapresentadas

	Reapresentado	
	31.12.2015	31.12.2014
Lucro líquido do exercício	14	871
(-) Constituição da Reserva Legal - 5% (i)	1	44
Base de cálculo	13	827
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	3	207
(-) Dividendo já distribuído (ii)	1	223
Dividendo a distribuir	2	-

(i) A Reserva Legal de 2014 nas demonstrações financeiras originalmente apresentadas foi de R\$47. Após a reapresentação das demonstrações financeiras, em 2014 foi proposta uma reversão da Reserva Legal em benefício da Reserva de Investimentos no montante de R\$3.

(ii) Refere-se aos dividendos mínimos obrigatórios já distribuídos com base nas demonstrações financeiras originalmente apresentadas em 23 de fevereiro de 2016 e 11 de fevereiro de 2015.

Para o exercício de 2015, nas demonstrações financeiras originalmente apresentadas, a Companhia distribuiu dividendos no valor de R\$1 cujo montante corresponde a R\$0,00053 por ação ordinária e preferencial. Após a reapresentação das demonstrações financeiras, a Companhia propôs dividendos adicionais no valor de R\$2 cujo montante corresponde a R\$0,00207 por ação ordinária e preferencial. Não houve antecipação de dividendos no exercício de 2015.

Relativo ao exercício de 2014, a Companhia efetuou o pagamento de dividendos no montante de R\$223 conforme aprovado pela Assembleia Geral Ordinária.

20. Receita de venda de mercadorias e serviços

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Mercadorias	20.042	24.412	20.046	24.416
Serviços	1.344	1.222	1.345	1.234
Financeira operacional	1.398	1.419	1.398	1.419
Devoluções e cancelamento de vendas	(971)	(1.316)	(971)	(1.317)
	21.813	25.737	21.818	25.752
Tributos	(2.549)	(3.075)	(2.550)	(3.078)
	19.264	22.662	19.268	22.674

21. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Despesas com ocupação	807	802	811	803
Despesas com pessoal	2.714	2.935	2.795	3.076
Despesas com frete	467	492	503	520
Custo com estoques vendidos	11.893	14.020	11.769	13.887
Despesa com serviços de terceiros	1.529	1.558	1.561	1.546
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	552	466	552	466
Outros	41	107	46	109
	18.003	20.380	18.037	20.407
Custo das mercadorias e serviços vendidos	13.067	15.303	13.095	15.319
Despesas com vendas	4.436	4.494	4.440	4.557
Despesas gerais e administrativas	500	583	502	531
	18.003	20.380	18.037	20.407

22. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Ganho (perda) na alienação de ativo imobilizado e intangível	(13)	-	(13)	-
Resultado - lojas CADE (i)	(5)	5	(5)	5
Perdas estimadas com outras contas a receber, líquidas de reversões	8	-	8	-
Despesas com reestruturação (ii)	(192)	(44)	(192)	(44)
Ganho com alienação de investimento	-	16	-	16
Estimativa de perda com recebíveis na alienação de ativo imobilizado	-	(14)	-	(14)
PPA Bartira (iii)	-	-	77	-
Despesas com regularização de débitos fiscais (iv)	(24)	-	(24)	-
Outras	(18)	(3)	(17)	(3)
	(244)	(40)	(166)	(40)

- (i) Refere-se ao resultado na venda das lojas, líquido da provisão para baixa de ativos, totalizando uma receita de R\$2, e a multa pelo fechamento de lojas em 2015, com despesa de R\$7, no processo de cumprimento do TCD celebrado com o CADE, conforme nota explicativa nº 1 (b).
- (ii) Em 2015, diversas medidas foram implementadas para adequar a estrutura de despesas da Companhia, abrangendo todas as áreas operacionais e administrativas, principalmente rescisão de funcionários, fechamento de lojas e readequação logística.
- (iii) Conforme descrito na nota explicativa nº 16 (a), parte dos riscos reconhecidos como contingências no PPA da Bartira expiraram no exercício.
- (iv) Em 2015, a Companhia aderiu programas de incentivos fiscais para regularização de débitos tributários junto a governos estaduais e municipais.

23. Resultado financeiro, líquido

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Despesas financeiras:				
Custo da dívida	(431)	(452)	(429)	(453)
Custo com venda e desconto de recebíveis	(363)	(446)	(363)	(446)
Atualizações passivas	(117)	(105)	(118)	(106)
Outras despesas financeiras	(52)	(39)	(52)	(31)
Total de despesas financeiras	(963)	(1.042)	(962)	(1.036)
Receitas financeiras:				
Rentabilidade de caixa e equivalentes de caixa	103	202	105	205
Atualizações ativas	203	96	197	94
Antecipação a fornecedores	27	41	28	41
Outras receitas financeiras	4	17	5	17
Total de receitas financeiras	337	356	335	357
Resultado financeiro, líquido	(626)	(686)	(627)	(679)

24. Lucro por ação

O quadro a seguir apresenta a determinação do lucro líquido disponível aos detentores de ações e a média ponderada das ações em circulação utilizada para calcular o lucro básico e diluído por ação em cada exercício apresentado. Para o lucro diluído, ações em potencial também são consideradas, como por exemplo, as opções de ações. Se exercidas pelos seus detentores, aumentarão o número de ações ordinárias e/ou preferenciais da Companhia, diminuindo o lucro por cada ação.

	31.12.2015- reapresentado			31.12.2014 - reapresentado		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador básico (*)						
Dividendos propostos	2	2	3	113	110	223
Lucro básico alocado e não distribuído	5	5	11	329	319	648
Lucro líquido alocado disponível a acionistas ordinários e preferenciais	7	7	14	443	428	871
Denominador básico (em milhares de ações)						
Média ponderada da quantidade de ações	655.829	634.936	1.290.765	655.825	634.926	1.290.751
Lucro básico por ação (em R\$)	0,01091	0,01091		0,674836	0,674836	
Denominador diluído (em milhares de ações)						
Opções de compra de ações	958	1.916	2.874	493	987	1.480
Média ponderada das quantidades de ações	655.829	634.936	1.290.765	655.825	634.926	1.290.751
Média ponderada diluída das ações	656.787	636.852	1.293.639	656.318	635.913	1.292.231
Lucro diluído por ação (em R\$)	0,01090	0,01088		0,674329	0,673789	

(*) valores arredondados

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, as opções de ações séries A1 e A2 (Programa 2014) e série A3 (Programa 2015), ambas descritas na nota explicativa nº 19 (e), não tiveram seus efeitos dilutivos considerados no cálculo do lucro diluído por ação. Seus preços de exercício estão superiores aos preços da *unit* praticados no mercado e, portanto, não representam potencial de diluição.

25. Cobertura de seguro

A Companhia tem como prática a contratação de seguros, a fim de minimizar os riscos de danos ao patrimônio e que acarretar prejuízos para os negócios. Os seguros compreendem a proteção das lojas, centros de distribuição, prédios administrativos, incluindo todo o imobilizado e estoques. A frota de caminhões e veículos leves também é segurada. Para quaisquer perdas que a Companhia venha a sofrer pela paralização das atividades em decorrência de acidentes cobertos pela apólice, o seguro de lucro cessante cobre os prejuízos causados.

A cobertura de seguro em 31 de dezembro de 2015 é considerada suficiente pela Administração para cobrir possíveis sinistros e pode ser resumida da seguinte forma:

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da cobertura
Imobilizado e estoques	Lucros nomeados	8.859
Lucro	Lucros cessantes	1.551
Automóveis e outros (*)	Perdas e danos	298

(*) O valor acima informado não contempla a cobertura dos cascos, os quais estão segurados pelo valor de 100% da tabela da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas ("FIPE").

A Companhia mantém apólices específicas cobrindo riscos de responsabilidade civil e administrativa no valor de R\$335.

26. Informações sobre os segmentos

A Companhia está organizada e desenvolve suas atividades com apenas um segmento operacional definido como lojas físicas, que contempla as operações das bandeiras Ponto Frio e Casas Bahia, bem como Bartira.

27. Eventos subsequentes

a) Memorando de Entendimentos não-vinculante ("MoU")

Em 12 de Maio de 2016, a Companhia anunciou que havia assinado um Memorando de Entendimentos não-vinculante ("MoU") com sua associada Cnova sobre uma possível reorganização envolvendo a Cnova Brasil com a Companhia. Como resultado desta planejada reorganização, Via Varejo transferiria aproximadamente 97 milhões de ações de Cnova mantidas pela Companhia (21.9% do capital social de Cnova), bem como um pagamento entre US\$32 milhões a US\$49 milhões. Adicionalmente, Via Varejo reembolsaria a dívida mantida atualmente pela Cnova Brasil para Cnova equivalente a aproximadamente US\$127 milhões. Sendo a transação proposta completada, Via Varejo passaria a ser a única acionista de Cnova Brasil e não teria mais participação societária em Cnova.

O Conselho de Administração da Via Varejo estabeleceu um Comitê Especial, consistindo de três membros do Conselho de Administração da Companhia, para que supervise o processo e determine os termos e direções da transação proposta.

As partes esperam chegar a um acordo definitivo em relação a transação proposta durante o terceiro trimestre de 2016. A conclusão da transação proposta é esperada para o final do terceiro trimestre de 2016.

b) Ofício CVM

Em 18 de fevereiro de 2016, a Companhia recebeu da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") o Ofício nº 18/2016-CVM/SEP/GEA-5 contendo o entendimento da Superintendência de Relações com Empresas (SEP) da CVM quanto a certas transações e registros contábeis relacionados a operações societárias realizadas pela Companhia no exercício social de 2013.

As informações acerca deste Ofício foram incluídas na nota 1(f).